Folha: 120
Processo: 125.000 668/2016
Rubrica:
Matrícula: 4231-1

> SETAS - 000010 <

moratórios e de multa[6], com possibilidade de parcelamento em até 120 vezes, sendo que a extinção do crédito tributário deve se dar, necessariamente, em moeda corrente, sendo vedada a compensação com precatórios.

Complementando o que foi dito linhas atrás, merece registro que a proposição alcança os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.

Vale esclarecer que o Programa, que ora se propõe sua prorrogação, contempla a possibilidade de inclusão de débitos oriundos de lançamento de ofício com aplicação de multa por descumprimento de obrigação principal, correspondente a 200% do tributo. A esse respeito, é digno de nota que a constitucionalidade desta matéria foi objeto de questionamento perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, na **ADI nº 2015.00.2.012901-3**[7]. O argumento do autor da ação, de que a aplicação dos benefícios do REFIS-DF, inclusive o parcelamento, aos créditos oriundos de ação fiscal em que restassem configuradas situações de sonegação, fraude ou conluio, fere a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal, não foi acatado pela Corte de Justiça distrital e a demanda foi julgada improcedente, por unanimidade[8].

Pede-se vênia para transcrever trecho do acórdão em que o Magistrado destaca alguns dos importantes resultados que se espera com a boa execução do Programa, ao afirmar que "o REFIS é destinado a incentivar a regularização de débitos tributários e tem por objetivo a arrecadação imediata de receitas, a diminuição do acervo de ações fiscais em trâmite no Judiciário e a possibilidade de que empresas e cidadãos liquidem suas dívidas para com o Fisco" (destacou-se).

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro, cumpre informar que a proposta, ainda que sob o aspecto financeiro importe em significativo ingresso de receita, mesmo sem envolver redução do valor principal do tributo, mas apenas de multas e de juros, configura renúncia de receita, estando sujeita às regras da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Neste ponto, **com vistas ao atendimento do inciso I do art. 14 da LRF, vale ressaltar, deve ser processada alteração na Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015 (LDO/2016) para contemplar o impacto do Programa no quadro de projeção de renúncia de receita e os efeitos da referida alteração nas respectivas metas fiscais.** Além disso, **os reflexos dessa alteração também**

[6] Como noticiado acima, apenas o percentual de desconto aplicável aos créditos tributários compostos exclusivamente por penalidades pecuniárias, por descumprimento de obrigação acessória é reduzido na proposta, de 90% para 50%.
[7] Tiveram a constitucionalidade questionada os seguintes dispositivos: art. 2, § 3º e art. 3º, § 2º, da Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015.
[8] Julgamento realizado em 21/06/2016, com acórdão publicado em 30/06/2016. Decisão ainda sem trânsito em julgado.

Folha: 121
Processo: 125 000 668/2016
Rubrica:
Matrícula:

> SEFAS - 000011 <

devem ser contemplados na Lei nº 5.601, de 30 de dezembro de 2015 (LOA/2016), na forma do art. 12 c/c art. 14, I, da LRF.

Esse procedimento encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, consoante a recente **Decisão nº 665/2016**, por meio da qual o Plenário do TCDF, ao julgar improcedente representação do Ministério Público de Contas, acabou por aderir ao seguinte entendimento, contido na Resolução TCE/TO nº 352/2013[9] (cópia anexa):

> "(...) considerando a flexibilidade que possuem as leis de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei Orçamentária Anual – LOA e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), estas possibilitam serem alteradas no decorrer do exercício de sua vigência. (...)".

Percebe-se, com isso, que a e. Corte de Contas distrital admite expressamente a possibilidade de, tanto as leis de diretrizes orçamentárias, quanto as leis orçamentárias anuais, serem alteradas no curso de seus exercícios-referência[10].

Importa destacar que, por se tratar de reabertura de prazo para adesão a um Programa já existente, ambas as leis orçamentárias de 2016 já preveem o impacto do REFIS. Assim, o que se espera é uma reavaliação dos valores de renúncia de receita, considerando as novas adesões que serão realizadas, com a devida incorporação à LDO/2016, assim como transferindo os seus reflexos para a LOA/2016.

Embora o prazo para adesão que ora se pretende aprovar se encerre ainda este ano, como há a possibilidade de adesão ao Programa por meio de pagamentos parcelados em até 120 vezes, os impactos devem ser previstos nas leis orçamentárias de 2017 e seguintes. A LDO/2017, por já estar aprovada (Lei nº 5.695, de 3 de agosto de 2016), também deve ser alterada e, assim como em relação às leis orçamentárias de 2016, os devidos reflexos devem ser considerados na elaboração do PLOA/2017.

Importante destacar que **a adequação da proposta ao disposto no art. 14, I, da LRF, considerando a jurisprudência do TCDF, passa necessariamente pela prévia alteração da Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015 (LDO/2016), da Lei nº 5.601, de 30 de dezembro de 2015 (LOA/2016) e da Lei nº 5.695, de 3 de agosto de 2016 (LDO/2017)**, conforme delineado acima.

Na trilha desse entendimento, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício nº 725/2016 – GAB/SEF, foi devidamente instada a promover, por se tratar

[9] Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO.
[10] Vale ressaltar que o Ministério Público de Contas interpôs recurso contra essa decisão, por entender que havia irregularidades sob o prisma da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todavia, a Corte de Contas, por meio da Decisão nº 4.203/2016, ratificou o entendimento anterior e manteve a Decisão nº 665/2016.

Folha: 122
Processo: 125.000.668/2016
Rubrica:
Matrícula:

de matéria de sua competência, as devidas alterações nas leis orçamentárias de 2016 e 2017, consoante descrito nas linhas acima.

Observe-se, portanto, que, adotadas as mencionadas medidas para a adequação e compatibilização das leis orçamentárias vigentes (LDO/LOA), à luz da mencionada Decisão do TCDF, entendemos que a presente proposição encontra respaldo em pelo menos uma das condições previstas nos incisos do art. 14 da LRF[11], qual seja, a descrita no inciso I do referido dispositivo.

Ademais, a proposta está acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro (renúncia de receita) dos benefícios previstos no Programa relativas ao exercício que iniciarão sua vigência (2016) e nos dois seguintes, consoante demonstrado na tabela abaixo;

2016	2017	2018
R$ 122.000	R$ 84.584	R$ 64.713

*valores em mil, conforme despacho nº 22/2016 – AEF/GAB/SEF.

A proposição também se harmoniza com o art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, uma vez que se propõe sua veiculação em lei específica, e com o art. 94 da Lei Complementar nº 13/96, tendo em vista que o prazo para adesão ao Programa tem termo final previamente fixado para 31 de outubro de 2016 (com possibilidade de prorrogação até 16 de dezembro de 2016), revelando-se compatível com o disposto no art. 68 da LDO/2016[12].

Nesses termos, **concluímos que, adotadas as medidas de adequação e compatibilização das leis orçamentárias vigentes (LDO/LOA), podemos ter como atendidas as determinações constantes do art. 14, *caput* e inciso I, da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).**

[11] Conforme orientação constante da **Decisão nº 222/2012** do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III. responder à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que: (...) b) as proposições legislativas referentes à concessão, renovação, ampliação ou prorrogação de incentivos e/ou benefícios de natureza tributária que resultem renúncia de receita devem-se fazer acompanhar das estimativas de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias - LDO vigente; c) além do disposto no item anterior, tais proposições devem-se fazer acompanhar de comprovação de que os benefícios e/ou incentivos a que se referem já foram considerados nas estimativas de receita da lei orçamentária anual - LOA, na forma do art. 12 da LRF, e que não afetarão os resultados fiscais constantes do anexo próprio da LDO, ou de medidas de compensação, para o período antes indicado, pelo aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo, da majoração ou da criação de tributo ou contribuição; (...). (grifou-se)

[12] Art. 68. O projeto de lei que conceda ou amplie benefícios ou incentivos de natureza tributária deve atender às exigências:

I – do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – do art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

III – do art. 94 da Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996.

Parágrafo único. A concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária deve favorecer aos setores produtivos no sentido de fomentar o desenvolvimento econômico da região e a geração de empregos.

SETAS – 000012

Fls: 123
Processo: 125.000.668/2016
Rubrica:
Matrícula:

> SETAS - 000013 <

De outra banda, espera-se com a aprovação da presente proposta (reabertura do prazo para adesão ao REFIS-DF) incremento na arrecadação para o exercício de 2016 e os dois seguintes nos montantes a seguir discriminados:

2016	2017	2018
R$ 113.795	R$ 78.895	R$ 60.361

*valores em mil, conforme despacho nº 22/2015 – AEF/GAB/SEF.

Ante os elementos motivadores, ora expostos, recomenda-se que a presente proposição tramite em regime de **URGÊNCIA**, nos termos do art. 73 da LODF.

São esses, Senhor Governador, os elementos motivadores da presente proposição.

Respeitosamente,

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA
Secretário de Estado de Fazenda

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras

PL 1258 /2016

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

PROJETO DE LEI Nº

(Deputado **Professor Reginaldo Veras**)

Isenta o candidato desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso público no âmbito do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

> SETAS - 000014 <

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição em concurso público, no âmbito do Distrito Federal, os candidatos desempregados, cuja renda familiar mensal per capita seja menor a meio salário mínimo.

Parágrafo único. O cumprimento dos requisitos para a concessão da isenção deverá ser comprovado pelo candidato no ato da inscrição, nos termos do edital do concurso.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção a que se refere o art. 1º estará sujeito a:

I – cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II – exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III – declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/9/2016 15:25

Art. 3º O edital do concurso deverá informar sobre a isenção de que trata esta Lei e sobre as sanções aplicáveis aos candidatos que venham a prestar informação falsa, referidas no art. 2º.

Art. 4º A isenção de que trata esta Lei não se aplica aos concursos públicos cujos editais tenham sido publicados anteriormente à sua vigência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SETAS - 000015

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por objetivo propiciar maiores oportunidades aos cidadãos desempregados, cuja renda familiar mensal per capita seja menor a meio salário mínimo. No cenário atual de crise em que vivemos, são muitos os desempregados em todo o país, e, assim, muitos têm tentado oportunidades no serviço público, atraídos pelos bons salários e pela estabilidade que proporcionam.

No entanto, sabemos como é difícil alcançar o sonho de ingressar na carreira pública, e os candidatos precisam fazer inúmeras provas de concursos até conseguirem alcançar bons resultados. Dessa forma, os candidatos de baixa renda familiar, que se encontram desempregados, ao se depararem com a dificuldade financeira na hora do pagamento das taxas de inscrição dos concursos, muitas vezes acabam desistindo de prosseguir com os estudos. A presente proposição, portanto, vem contribuir para que esses cidadãos continuem estudando e fazendo as provas de concursos públicos.

No que tange à constitucionalidade da proposição, pode-se afirmar que a matéria não é de competência privativa da União nem de iniciativa reservada do Poder Executivo, não havendo, portanto, inconstitucionalidade formal orgânica ou subjetiva.

A matéria é de relevante interesse público e está em consonância com a Constituição brasileira e a Lei Orgânica do Distrito Federal. A LODF, no art. 3º, inciso V, estabelece, entre os objetivos prioritários do Distrito Federal, o de "proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum".

Pelo exposto, conclamo os nobres pares a apoiarem a presente proposição, tendo em vista que visa aumentar as chances de inserção dos cidadãos no mercado de trabalho do Distrito Federal.

Sala das sessões, 12 de setembro de 2016.

Deputado Professor REGINALDO VERAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8370/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, que promova a Revitalização do Parque da Escola Classe 1, na Região Administrativa DA Candangolândia – RA XIX.

> SETAS - 0000167 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, que promova a Revitalização do Parque da Escola Classe 1, na Região Administrativa DA Candangolândia – RA XIX.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação é fruto da reivindicação da Sra. Maria Gláucia, Vice-Diretora da Escola Classe 1. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na cidade.

A Escola Classe 1 está com o segundo período para crianças de 5 anos, e eles precisam de espaço para lazer, hora do intervalo. O parquinho da Escola esta em estado precário, sem condições de ser utilizado.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8371/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Senhor Secretário de Infraestrutura e Serviços Sociais do Distrito Federal, que promova a ampliação do Posto de Saúde, na Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

> SETAS - 000017 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal, que promova a ampliação do Posto de Saúde, na Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da Candangolândia.

Os moradores da Candangolândia, solicitam que faça a ampliação do Posto de saúde, que tem funcionado em condições limitadas. Vários setores apresentam problemas da falta de espaço, falta de leitos, cadeiras para acomodar os pacientes dentre vários outros problemas.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **Celina Leão**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8372/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CODHAB, a regularização do Setor de Chácaras da Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CODHAB, a regularização do Setor de Chácaras da Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

> SETAS - 000018 <

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação da Sra. Edilza Maria Ribeiro. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na cidade.

É importante ressaltar que cabe ao poder público desenvolver ações definitivas em prol do bem-estar da população, o que pressupõe a aplicação de recursos públicos destinados à habilitação, para controle urbanístico.

Dado a relevância da solicitação, inclusive por proporcionar aos moradores da Região, conforto e qualidade de vida é que remetemos a pleito à apreciação, razão pela qual entendemos oportuna a presente proposta.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

L I D O
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8373/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a construção de Estacionamento de frente a creche da Dona Sebastiana até o quartel da Policia Militar Ambiental, na Região Administrativa de Candangolândia-XIX.

> SETAS - 000019 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a construção de Estacionamento de frente a creche da Dona Sebastiana até o quartel da Policia Militar Ambiental, na Região Administrativa de Candangolândia-XIX.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação da Sr. Raimundo Alencar Ushoa. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na comunidade.

Com o aumento das famílias na cidade, o número de moradores e carros se estendeu, assim diminuindo drasticamente a quantidade de vagas. Existe espaço que pode ser aproveitado, porém têm árvores no local, mas não estão sadias e infelizmente condenadas, podendo assim ser retiradas sem problemas.

Assim, conclamo os nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/09/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8374/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao chefe do Poder Executivo, através do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal- Brasília Ambiental- IBRAM e da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal –CAESB, no sentido de instalar Pontos de Água Potável no Parque Metropolitana, da Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

> SETAS - 0000020 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao chefe do Poder Executivo, através do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal- Brasília Ambiental- IBRAM e da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal –CAESB, no sentido de instalar Pontos de Água Potável no Parque Metropolitana, da Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:55
Rhayane 70154

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação da Sr. Ricardo da Silva Ferrao. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na cidade.

A população vai ao parque para encontros, praticar esportes, reuniões. Lá necessitam de água potável para hidratação de cada um.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

Em, 15/9/16

Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8375/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de calçadas da Região Administrativa de Candangolândia até a estação Metrô Park Shopping.

> SETAS - 000021 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de calçadas da Região Administrativa de Candangolândia até a estação Metrô Park Shopping.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação da Sra. Gismair de Castro. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na da Região Administrativa de Candangolândia – RA XIX.

A comunidade sofre com a falta de calçadas, que coloca em risco a vida da população, onde estão sujeitos a tropeçarem nos buracos, às calçadas possibilitarão melhorias imediatas na qualidade de vida da população.

A cidade deve oferecer condições de acesso para que todos possam circular livremente com autonomia, conforto e segurança.

Assim, conclamo os nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8376 /2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação da Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal, no sentido de executar obras para a construção de um viaduto, na Região Administrativa da Candangolândia– RA XIX.

> SEINFRA - 000022 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação da Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal, no sentido de executar obras para a construção de um viaduto, na Região Administrativa da Candangolândia– RA XIX.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da Candangolândia.

A construção do viaduto trará muitos benefícios aos moradores e trabalhadores das empresas daquela região, elevará a qualidade de vida daqueles, facilitando a sua locomoção, tornando mais ágil e confortável o transporte da comunidade.

Thayana 7015-4

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8377/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODAHB, a regularização fundiária do Engenho das Lajes, da região Administrativa do Gama – RA II.

SETAS - 000023

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODAHB, a regularização fundiária do Engenho das Lajes, da região Administrativa do Gama – RA II.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Engenho das Lajes.

É importante ressaltar que cabe ao Poder Público desenvolver ações definitivas em prol do bem-estar da população, o que pressupõe a aplicação de recursos públicos destinados à habitação, para controle urbanístico.

Dado a relevância da solicitação, inclusive por proporcionar aos moradores da Região, conforto e qualidade de vida é que remetemos o pleito à apreciação, razão pela qual entendemos oportuna a presente proposta.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PDG

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº **IND 8378 /2016**
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a reforma da feira, na Região Administrativa da Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000024 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a reforma da feira, na Região Administrativa da Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto da reivindicação dos moradores da Ceilândia.

A ausência de infraestrutura básica especifica, por si só justifica a presente indicação, tentando buscar assim, atender toda a população, quanto à demanda necessária para a reforma da feira da Ceilândia.

Ante o exposto, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8379 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a pavimentação asfáltica do estacionamento da AR 01, área comercial de Sobradinho II, situado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

SETAS - 000025

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a pavimentação asfáltica do estacionamento da AR 01, área comercial de Sobradinho II, situado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação moradores de Sobradinho II.

O asfaltamento desta área comercial trará muitos benefícios aos moradores e trabalhadores daquela região, elevará a qualidade de vida daqueles.

Os moradores e comerciantes sofrem com a poeira em tempo de estiagem e a lama na época das chuvas. Além disto, ressalta-se que a ausência do asfalto além de causar muito desconforto para os moradores, ainda contribui muito para o desgaste dos veículos.

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/09/2016 15:57
Thayane 70154

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

INDICAÇÃO Nº IND 8380 /2016

(Da Deputada Celina Leão)

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências no sentido de realizar a recuperação de Quebra-Molas nas vias internas da Avenida Central de Sobradinho II, localizado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

> SETAB - 000026 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências no sentido de realizar a recuperação de Quebra-Molas nas vias internas da Avenida Central de Sobradinho II, localizado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores de Sobradinho II.

A providência ora solicitada torna-se necessária tendo em vista que nas vias internas da Avenida Central desta Região, devido ao desgaste natural do intenso tráfego de veículos que por ali transitam, causou o rebaixamento das ondulações. Por este motivo os motoristas não fazem a redução necessária dos seus veículos, podendo gerar danos aos seus veículos e colocar em risco a vida dos pedestres que por ali transitam.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em. 15/3/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8381/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a realização da pavimentação asfáltica na altura da Via do Condomínio Versalles, situado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

> SEINFRA - 000027 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a realização da pavimentação asfáltica na altura da Via do Condomínio Versalles, situado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação moradores de Sobradinho II.

É antiga a reivindicação da pavimentação asfáltica naquele local, pois os moradores sofrem com a poeira no período seco e os lamaçais em época das chuvas. Além disto, ressalta-se que a ausência do asfalto além de causar muito desconforto para os moradores, ainda contribui muito para o desgaste dos veículos.

O asfaltamento desta área trará muitos benefícios aos moradores daquela região, elevará a qualidade de vida daqueles.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8382/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, que promova a melhoria da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

> SETAS - 000028 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, que promova a melhoria da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), na Região Administrativa de Sobradinho – RA XXVI.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores de Sobradinho II.

Os moradores daquela cidade reclamam da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, haja vista o crescimento constante daquela população e consequentemente a demanda muito alta.

Ante o exposto, conclamo o apoio das Senhoras e Senhores Deputados à aprovação desta Indicação.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:51
Thayene 70154

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

INDICAÇÃO Nº IND 8383/2016
(Da Deputada Celina Leão)

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências no sentido de realizar a recuperação de Quebra-Molas no Setor de Mansões, na DF 420, até chegar ao viaduto do posto Contagem, localizado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

> SETAS - 0000029 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências no sentido de realizar a recuperação de Quebra-Molas no Setor de Mansões, na DF 420, até chegar ao viaduto do posto Contagem, localizado na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/set/2016 15:52
Thayane 7019-4

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores de Sobradinho II.

A providência ora solicitada torna-se necessária tendo em vista que na DF 420, devido ao desgaste natural do intenso tráfego de veículos que por ali transitam, causou o rebaixamento das ondulações. Por este motivo os motoristas não fazem a redução necessária dos seus veículos, podendo gerar danos aos seus veículos e colocar em risco a vida dos pedestres que por ali transitam.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8384/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao chefe do Poder Executivo, providências junto ao DETRAN – DF, no sentido de viabilizar a pintura da faixa de pedestres em frente ao Centro Olímpico, localizado na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

> SETAS - 000030 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, sugere ao chefe do Poder Executivo, providências junto ao DETRAN – DF, no sentido de viabilizar a pintura da faixa de pedestres em frente ao Centro Olímpico, localizado na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Riacho Fundo I.

É de grande importância a implementação de faixas de pedestres, para que os moradores deste local tenham mais segurança na hora da travessia, pois é um dever do Estado melhorar as condições de conforto daquela comunidade e das demais pessoas que por ali transitam.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8385/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de Pontos de Encontro Comunitário, na Praça do Sucupira, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

> SETAS - 000031 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de Pontos de Encontro Comunitário, na Praça do Sucupira, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

Thayane 70154

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Riacho Fundo I.

Objetiva-se com esta proposição disponibilizar aos moradores daquela região, melhores condições para a realização de exercícios físicos, de forma a proporcionar melhorias na saúde da população.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8386 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Educação, que promova a construção de escolas na Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Educação, que promova a construção de escolas na Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI.

> SEDAS - 000032 <

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da Região Administrativa do Riacho Fundo II.

Os moradores daquela região expressaram a necessidade da construção de escolas naquele local, o que proporcionará melhores condições de aprendizado e conforto aos habitantes daquela comunidade.

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população, por meio de políticas públicas que garantam o acesso à educação, bem como, fornecer condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA 19/09/2016 15:52
Rhayana 70154

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8387/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação da Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal, no sentido de executar obras para a construção de uma rodovia junto aos bombeiros, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

> SEINFRA - 0000035 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação da Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal, no sentido de executar obras para a construção de uma rodovia junto aos bombeiros, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Riacho Fundo I.

A construção da rodovia trará muitos benefícios aos moradores e trabalhadores das empresas daquela região, elevará a qualidade de vida daqueles, facilitando a sua locomoção, tornando mais ágil e confortável o transporte da comunidade.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em 15/09/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº **IND 8388 /2016**
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CEB Distribuição S.A., providências para a iluminação na 205 Oeste, da Região Administrativa da Fercal– RA XXXI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CEB Distribuição S.A., providências para a iluminação na 205 Oeste, da Região Administrativa da Fercal– RA XXXI.

> SEINFRA - 000034 <

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto da reivindicação dos moradores da Fercal.

A iluminação pública é um serviço essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar dos espaços públicos no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no trafego de veículos, como também, na prevenção da criminalidade.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/Set/2016 15:453
70154

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15.9.16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8389/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretária de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, a construção de um Viaduto na entrada da cidade, na Região Administrativa do Riacho Fundo II– RA XXI.

> SETAS - 0000035 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretária de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, a construção de um Viaduto na entrada da cidade, na Região Administrativa do Riacho Fundo II– RA XXI.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/set/2016 15:53
Rhayane 70154

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Riacho Fundo II.

A sugestão é no sentido de facilitar a entrada e saída de veículos pela cidade, tendo em vista o grande fluxo de carros que trafegam naquela região.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8390/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Educação, que promova abertura do portão dos fundos da Escola Classe 1, na Região Administrativa de Candangolândia – XIX.

> SEEDF - 0000036 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Educação, que promova abertura do portão dos fundos da Escola Classe 1, na Região Administrativa de Candangolândia – XIX.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação da Sra. Maria Gláucia, Vice-Diretora da Escola Classe 1. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na cidade.

Apenas com o portão da frende, cria-se tumulto, com pais, alunos e servidores. Com a abertura do portão dos fundos da Escola, o portão principal ficaria apenas aos funcionários. Os alunos entrariam pelo outro, no qual há melhor acesso para toda comunidade.

Thayane 70154

Assim, conclamo os nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8391/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, que promova a cobertura da Quadra de Esportes da Escola Classe 1, na Região Administrativa de Candangolândia – XIX.

> SEINFRA - 000037 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, que promova a cobertura da Quadra de Esportes da Escola Classe 1, na Região Administrativa de Candangolândia – XIX.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação da Sra. Maria Gláucia, Vice-Diretora da Escola Classe 1. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na cidade.

A cobertura da quadra proporcionará melhores condições para o desenvolvimento de todos os alunos da escola. Pois em época de chuva, as crianças não podem praticar absolutamente nenhum esporte naquela quadra, e em época de sol, fica muito quente, sem condições de exercer atividades físicas.

Assim, conclamo os nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8392/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências para a sinalização adequada e acessibilidade aos portadores de necessidades especiais no campus da Unb, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000038 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências para a sinalização adequada e acessibilidade aos portadores de necessidades especiais no campus da Unb, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos alunos da Unb de Ceilândia.

A melhoria na acessibilidade para os portadores de necessidades especiais é condição necessária e indispensável para a qualidade de vida humana.

A Universidade deve oferecer condições de acesso para que todos possam circular livremente com autonomia, conforto e segurança.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

PROTOCOLO LEGISLATIVO 14Set2016 15:49 Thayane 70154

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8393 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CEB Distribuição S.A., providências para a iluminação em todo campus da Unb, na Região Administrativa da Ceilândia - RA IX.

> SETAS - 000039 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CEB Distribuição S.A., providências para a iluminação em todo campus da Unb, na Região Administrativa da Ceilândia - RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto da reivindicação dos estudantes da Unb da Ceilândia.

A iluminação pública é um serviço essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar dos espaços públicos no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no trafego de veículos, como também, na prevenção da criminalidade.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/Set/2016 15:49
70154

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8394/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação do Departamento de Transporte Urbano do Distrito Federal, no sentido de criar uma integração de linha de ônibus do Areal com o metrô de Águas Claras e Taguatinga, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação do Departamento de Transporte Urbano do Distrito Federal, no sentido de criar uma integração de linha de ônibus do Areal com o metrô de Águas Claras e Taguatinga, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Areal, manifesta através da Câmara em Movimento, realizada naquela Região Administrativa.

A população daquela Região Administrativa reclama que tem que pagar duas passagens de para conseguir utilizar o serviço do metrô, sendo que as estações se encontram próximas.

A proposição tem como objetivo proporcionar maior conforto aos moradores, trabalhadores e estudantes que necessitam do transporte público coletivo.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8395/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a reativação da Creche na QL 7, da Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a reativação da Creche na QL 7, da Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SEINFRA - 0000941 <

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação é fruto da reivindicação do Sr. Wesley Lutosa. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela região.

Os moradores expressaram a necessidade da reativação da Creche naquele local, pois as mães daquela região não têm um local para deixar seus filhos, tendo em vista a premente necessidade daquela comunidade tão carente deste beneficio.

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população, por meio de políticas públicas que garantam o acesso ao bem-estar, bem como, fornece condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

L I D O
Em, 15 / 9 / 16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8396 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal que, através da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, promova a sinalização de endereçamento do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal que, através da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, promova a sinalização de endereçamento do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SEINF - 000042 <

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicações dos Moradores do Areal, manifesta através da Câmara em Movimento, realizada naquela Região Administrativa.

Em visita ao local, os moradores expressaram a necessidade de Sinalização de Endereçamento das quadras e conjuntos daquela cidade tendo em vista a dificuldade de localização e recebimento de correspondência.

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população, por meio de políticas públicas que garantam a segurança e a paz, bem como fornecer condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

L I D O
Em, 15/ 3/ 16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8397/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a revitalização do Parque do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SETAS - 000043 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a revitalização do Parque do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicações dos Moradores do Areal, manifesta através da Câmara em Movimento, realizada naquela Região Administrativa.

A população daquela região clama pela revitalização do parque, imprescindível para sua qualidade de vida.

Ante o exposto, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada CELINA LEÃO

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8398/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CODHAB, a regularização da Vargem Bonita, na Região Administrativa do Park Way – RA XXIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CODHAB, a regularização da Vargem Bonita, na Região Administrativa do Park Way – RA XXIV.

> SETAS - 000044 <

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação do Sr. Rusbek Rabello. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada na Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX.

É importante ressaltar que cabe ao poder público desenvolver ações definitivas em prol do bem-estar da população, o que pressupõe a aplicação de recursos públicos destinados à habilitação, para controle urbanístico.

Dado a relevância da solicitação, inclusive por proporcionar aos moradores da Região, conforto e qualidade de vida é que remetemos a pleito à apreciação, razão pela qual entendemos oportuna a presente proposta.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:49
Thayane 70154

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão – PPS

L I D
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8399/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a construção de um Restaurante Comunitário no Setor Comercial Sul, localizado na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

> SETAS - 000045 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a construção de um Restaurante Comunitário no Setor Comercial Sul, localizado na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:49
Thayana 70154

J U S T I F I C A Ç Ã O

A proposição é fruto de reivindicação dos Usuários do Local.

O atendimento da presente indicação virá ao encontro das reivindicações da população mais carente, garantindo uma alimentação adequada e de baixo custo, proporcionando melhoria na qualidade de vida e saúde a todos.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

L I D
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8400/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, reforço no policiamento no campus da Unb, na Região Administrativa de Ceilândia– RA IX.

> SETAS - 000046 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, reforço no policiamento no campus da Unb, na Região Administrativa de Ceilândia– RA IX.

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/09/2016 15:49
Rhayana 70154

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos estudantes da Unb, manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela Região Administrativa. Os estudantes reclamam que o policiamento ostensivo inexiste e que sofrem as consequências desta falta.

A Polícia Militar do DF é órgão imprescindível para promover a segurança da população e nesse aspecto, tem desempenhado relevante papel no exercício de suas atribuições e é com ela que a comunidade precisa ter.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8401/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências no sentido de promover a construção de uma passarela, em frete à UnB, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 0000047 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências no sentido de promover a construção de uma passarela, em frete à UnB, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/09/2016 15:46
Thayane 7015-4

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos estudantes da UnB de Ceilândia.

A construção da passarela na UnB é de fundamental importância para que os estudantes possam transitar com segurança naquela região.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8402/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a pavimentação asfáltica das vias públicas da Região Administrativa de Águas claras – RA XX.

> SETAS - 0000448 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a pavimentação asfáltica das vias públicas da Região Administrativa de Águas claras – RA XX.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação do Sr. Wesley Lutosa. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela região.

O asfaltamento das avenidas trará muitos benefícios aos moradores e trabalhadores das empresas daquela região, elevará a qualidade de vida daqueles, facilitando a sua locomoção, tornando mais ágil e confortável o transporte da comunidade.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8403 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Educação, que promova a construção de um centro de Ensino Médio no Areal, localizado na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Educação, que promova a construção de um centro de Ensino Médio no Areal, localizado na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Areal, manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela Região Administrativa.

As péssimas condições de ensino contribuem para a falta de interesse dos alunos na condução de seus estudos. A construção de um Centro de Ensino Médio proporcionará melhores condições para o desenvolvimento da educação naquela comunidade, que atualmente passa por dificuldades estruturais e pedagógicas que prejudicam a qualidade do ensino.

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população, por meio de políticas públicas que garantam o acesso à educação, bem como, fornecer condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8404/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação da feira do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SETAS - 000050 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação da feira do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos Moradores do Areal, manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela Região Administrativa.

A feira é importante para garantir a negociação de parte da produção rural do Areal, funcionando como um catalisador da economia local. Esse comércio certamente servirá para difundir a economia na cidade.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em 29/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8405/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo, mediante ação da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Distrito Federal, no sentido de instalar um Posto de Saúde no Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, mediante ação da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Distrito Federal, no sentido de instalar um Posto de Saúde no Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SETAS - 000051 <

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação do Sr. Edilson Joaquim Oliveira. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela região.

A população residente naquela local não dispõe de um posto de saúde para atender a demanda da comunidade, quando precisam de atendimento têm que se deslocarem até a cidade de vizinha.

Diante do exposto encaminhamos solicitação de instalação do Posto de Saúde no referido local, atendendo ao pedido daquela comunidade e ao disposto no artigo 204 inciso I, II parágrafo 1° e 2° da Lei Orgânica do DF.

SECRETARIA LEGISLATIVA 29/Set/2016 15:47
Rhayane 76154

Assim, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

L I D O
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8406 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CEB Distribuição S.A., providências para a iluminação em toda Avenida Águas Claras, na Região Administrativa de Águas Claras– RA XX.

> SEI/GDF - 000052 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da CEB Distribuição S.A., providências para a iluminação em toda Avenida Águas Claras, na Região Administrativa de Águas Claras– RA XX.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação é fruto da reivindicação do Sr. Edilson Joaquim Oliveira. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela região.

A iluminação pública é um serviço essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar dos espaços públicos no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no trafego de veículos, como também, na prevenção da criminalidade.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8407/2016

(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, policiamento ostensivo nas praças do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SETAS - 000053 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, policiamento ostensivo nas praças do Areal, na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação é fruto da reivindicação do Sr. Edilson Joaquim Oliveira. Manifestada através da Câmara em Movimento, realizada naquela região.

A Polícia Militar do DF é órgão imprescindível para promover a segurança da população e nesse aspecto, tem desempenhado relevante papel no exercício de suas atribuições e é com ela que a comunidade precisa ter.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8408/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através do Departamento de Trânsito do Distrito Federal DETRAN - DF, que promova a disponibilização do sinal de rede Wi-fi em todos os postos de atendimento ao público do DETRAN – DF.

SETAS - 000064

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, sugere ao chefe do Poder Executivo, providências junto ao DETRAN – DF, no sentido de que se promova a disponibilização do sinal de rede Wi-fi em todos os postos de atendimento ao público do DETRAN – DF.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação usuários do DETRAN – DF.

É de suma importância o tema, pois um dos objetivos do Marco Civil da Internet é promover o acesso a internet por todos (art. 4º, I), tendo em vista que várias formas de inclusão podem ser desenvolvidas para que todos venham a fazer parte desse processo.

Através da inclusão digital que os indivíduos são incluídos na sociedade da informação e diante disto muitas cidades brasileiras já criaram projetos para fornecer internet gratuita em locais públicos, isso tem mostrado bons resultados, garantindo que o maior número de pessoas estejam conectadas à internet.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

DDA

Diligência 70154

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

> SETAS - 000055 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8409 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Pública, que promova a construção de Creches no condomínio Pôr do Sol localizada na Região Administrativa da Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000056 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/Set/2016 15:38
70154

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Pública, que promova a construção de Creches no Condomínio Pôr do Sol localizada na Região Administrativa da Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da Ceilândia.

Os moradores expressaram a necessidade da construção das Creches naquele local, pois as mães daquela região não têm um local para deixar seus filhos, tendo em vista a premente necessidade daquela comunidade tão carente deste beneficio.

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população, por meio de políticas públicas que garantam o acesso ao bem-estar, bem como, fornece condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

A construção das Creches naquela localidade proporcionará melhores condições de aprendizado e trabalho aos habitantes daquela comunidade.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

> SEINFRA - 000057 <

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

Em, 15.9.16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8410/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Obras, que promova o término da construção e cobertura da Quadra de Esporte do Centro de Ensino Fundamental 10, localizado na QSE 05/07, A/E nº 01, da Região Administrativa de Taguatinga – RA III.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:38
Thayana 70154

> SETAS - 000058 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Obras, que promova o término da construção e cobertura da Quadra de Esporte do Centro de Ensino Fundamental 10, localizado na QSE 05/07, A/E nº 01, da Região Administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação da comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental 10, localizado em Taguatinga Sul.

A referida quadra está com sua construção inacabada, com recursos próprios a própria direção da escola iniciou a obra de pavimentação da quadra, mas por falta de recursos não houve a conclusão da construção.

Desta forma, para que a quadra seja utilizada pelos alunos daquela escola, será necessário colocar o piso na quadra e a também, o ideal é que colocassem a cobertura.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

Ao Poder Executivo compete garantir o bem estar da população, por meio de políticas públicas que garantam o acesso ao progresso, bem como fornecer condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

> SETAS - 000069 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

L I D
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8411/2016
(Da Deputada Celina Leão)

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:39
Thayane 70154

Sugere ao Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a reforma da Escola Centro de Ensino Médio Elefante Branco, localizado na Região Administrativa de Brasília – RA I.

< SETAS - 000060 >

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a reforma da Escola Centro de Ensino Médio Elefante Branco, localizado na Região Administrativa de Brasília – RA I.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de um estudo feito pelos alunos da escola Centro de Ensino médio de Taguatinga Norte, realizado sob orientação do Professor Davi Silva Fagundes.

A providência ora solicitada torna-se necessária, tendo em vista que a escola foi construída há 53 anos e o lugar nunca passou por uma reforma. Partes do teto estão caindo, os pisos são irregulares, existem rachaduras com mais de cinco centímetros, infiltrações nas paredes e não existem extintores de incêndio.

A diretora, Joselma Ramos, conta que o dinheiro que a escola recebe só dá para resolver pequenos problemas e diz que o local já foi condenado diversas vezes pela Defesa Civil.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

Contudo, deve-se fazer uma reforma que seja efetiva e que melhore as condições de conforto dos alunos daquela escola, tornando um lugar melhor e agradável para que se possa estudar tranquilamente em um local seguro.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

> SETAS - 000061 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8412/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, a instalação dos postos policiais 24h nas unidades de internação, no endereço, Avenida Pau Brasil, Lote 06, Sala 805, Edifício E-Business - SINDSSE/DF, localizado na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

> SEEAG - 000062 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, a instalação dos postos policiais 24h nas unidades de internação, no endereço, Avenida Pau Brasil, Lote 06, Sala 805, Edifício E-Business – SINDSSE/DF, localizado na Região Administrativa de Águas Claras – RA XX.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos servidores da carreira socioeducativa do DF – SINDSSE/DF.

A instalação do Posto torna-se necessária, diante dos graves problemas de segurança enfrentados pelos servidores que trabalham naquela região. Proporcionar o sentimento de segurança a esses servidores é um dever que o estado não pode se furtar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

> SETAS - 000637 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8413 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Senhor Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, providências relacionadas à construção de quebra molas na via da QNN 12, Conjunto A, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SEINFRA - 0000064 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, providências relacionadas à construção de quebra molas na via da QNN 12, Conjunto A, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/Set/2016 15:42
Mayara 70154

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da QNN 12, Conjunto A, da Ceilândia.

A providência ora solicitada torna-se necessária tendo em vista que na avenida daquele conjunto não há redutores de velocidade e é grande o fluxo de pedestres transitando naquele local.

Sendo de caráter urgente a reivindicação daquela comunidade no que se refere à construção de quebra-molas naquela via, em razão do total desrespeito as leis de trânsito, notadamente em relação à velocidade com que alguns motoristas e motociclistas trafegam na via, trazendo assim muitos prejuízos em relação à vida da população.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

Melhorar as condições de conforto dos moradores e das demais pessoas que por ali transitam é um dever do estado.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

> SEETAS - 0000045 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8414/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere a Secretaria de Obras do Distrito Federal, a construção de uma Ciclovia na Região Administrativa da Ceilândia - RA IX.

> SETAS - 000066 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere a Secretaria de Obras do Distrito Federal, a construção de uma Ciclovia na Região Administrativa da Ceilândia - RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A Indicação é fruto da solicitação dos moradores de Ceilândia.

A utilização das bicicletas como meio de transporte ou para a prática de esportes deve ser incentivada pelo Poder Público, tendo em vista que, a geografia do DF e as Avenidas Largas são propícias para a utilização deste meio de transporte.

Assim, clamo aos nobres pares o apoio para a aprovação da referida Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/set/2016 15:42
70154

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS

Em. 15.9.16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8415/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Esporte e Lazer, providências relacionadas à construção da Vila Olímpica na Guariroba, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000067

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Escorte e Lazer, providências relacionadas à construção da Vila Olímpica na Guariroba, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

SECRETARIA LEGISLATIVA 19SET2016 15:43
Thayane 70154

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da Guariroba na Ceilândia.

Trata-se de reivindicação da comunidade local, considerando que os mesmos sofrem com a falta de espaços esportivos para atendê-los, sobretudo as crianças e adolescentes, de forma que possam ter melhores condições de lazer e entretenimento, possibilitando melhorias imediatas na qualidade de vida da população.

São evidentes os benefícios que a prática cotidiana de exercícios físicos e esportes traz para qualquer pessoa. Desta forma, é interesse geral que se propicie locais adequados e acessíveis para que a população possa realizar estes exercícios.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8416 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Obras, promova a cobertura da Quadra de Esporte localizada campus da Unb, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Obras, promova a cobertura da Quadra de Esporte localizada no campus da UNB, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000068 <

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos Alunos da Unb.

É de conhecimento de todos que o tempo ocioso, gera grandes problemas para uma comunidade, sendo a população juvenil a sua maior prejudicada. A cobertura da quadra proporcionará melhores condições para o desenvolvimento do esporte e lazer naquela comunidade. Com isso, favorecerá o desenvolvimento de vínculos comunitários e assegurará o incentivo da prática do esporte, sendo assim possível garantir melhorias de vida para a comunidade.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/09/2016 15:43 70154

Ao Poder Executivo compete garantir o bem estar da população, por meio de políticas públicas que garantam o acesso ao progresso, bem como fornecer condições para o desenvolvimento do cidadão.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8417/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao chefe do Poder Executivo, providências junto ao DETRAN – DF, no sentido de viabilizar a implantação de faixas de pedestres na via da QNN 12, Conjunto A, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SEINFRA - 0000697 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, sugere ao chefe do Poder Executivo, providências junto ao DETRAN – DF, no sentido de viabilizar a implantação faixas de pedestres na via da QNN 12, Conjunto A, localizada na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

SECRETARIA LEGISLATIVA 15set2016 15:44
Shayone 7015-4

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores da QNN 12, Conjunto A, da Ceilândia.

A via QNN 12, conjunto A localizada em Ceilândia recebe diariamente um grande fluxo de carros e pedestres devido a proximidade com a estação do Metrô Ceilândia Centro e também por comportar um cruzamento de ligação com outras vias, sendo assim de grande importância a implementação de faixas de pedestres, para que os moradores deste local tenham mais segurança na hora da travessia, pois é um dever do Estado melhorar as condições de conforto daquela comunidade e das demais pessoas que por ali transitam.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8418 /2016
(Da Deputada Celina Leao)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, que providencie placas de sinalização na via da QNN 12, Conjunto A, localizada na Região Administrativa de Ceilândia– RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, ao chefe do Poder Executivo, providências junto a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, que providencie placas de sinalização na via da QNN 12, Conjunto A, localizada na Região Administrativa de Ceilândia– RA IX.

SEINFRA - 000070

SECRETARIA LEGIS_ATIVA 14Set2016 15:44
Rayane 10154

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicações dos moradores da QNN 12, Conjunto A, da Ceilândia.

A ausência de sinalização, a exemplo dos redutores de velocidade, na via NN 12-A localizada na Região Administrativa de Ceilândia, que segundo os moradores é o principal motivo dos constantes acidentes, devido ao grande fluxo de carros e pedestres que ali passam diariamente.

Devido essa demanda os moradores que ali se encontram sofrem com a quantidade diária de acidentes e congestionamentos devido à falta de sinalização.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8419 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, a implantação de Coberturas das Paradas de Ônibus da Unb, localizadas na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, a implantação de Coberturas nas Paradas de UNB, localizadas na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000071 <

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos Alunos da Unb da Ceilândia.

Trata-se de uma proposição que busca atender as reivindicações daquela comunidade, haja vista, que as paradas de ônibus não possuem coberturas, ficando assim desprotegidos os usuários que utilizam as paradas de ônibus.

Melhorar as condições de conforto dos moradores daquela comunidade e das demais pessoas que por ali transitam é um dever do estado.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/set/2016 15:45
70154

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8420/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Senhor Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal, que promova a construção do segundo Hospital, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal, que promova a construção do segundo Hospital, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000072 <

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores de Ceilândia.

Os moradores de Ceilândia solicitam que seja construído mais um hospital na Região, que irá atender os moradores mais distantes, tendo em vista que eles precisam se deslocar para outras regiões para buscar atendimento.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:45
Thayane 70154

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8421/2016
(Da Deputada Celina Leão)

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências para mais acessibilidade aos portadores de necessidades especiais entorno do CEF Juscelino Kubitschek, na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

> SEINFRA - 000073 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, providências para mais acessibilidade aos portadores de necessidades especiais entorno do CEF Juscelino Kubitschek, na Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

SECRETARIA LEGISLATIVA 16Set2016 15:48
Thayane 70154

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de um estudo feito pelos alunos da escola Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, realizado sob orientação do Professor Davi Silva Fagundes.

A melhoria na acessibilidade para os portadores de necessidades especiais é condição necessária e indispensável para a qualidade de vida humana.

Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente Indicação.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputada **CELINA LEÃO**

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8422/2016
(Do Senhor Deputado LIRA)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Gestão de Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH), a criação da Região Administrativa do Café Sem Troco.

> SETAS - 000074 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Gestão de Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH), a criação da Região Administrativa do Café Sem Troco.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:59
Thayane 70154

JUSTIFICAÇÃO

A presente preposição tem por objetivo atender as reivindicações dos moradores da região que envolve as rodovias DF 130, DF 270 e BR 251. A 56 km de distância do centro do poder do país, a região concentra uma população aproximada de 20 mil habitantes. A história daquela localidade teve início em 1975, quando a opção para quem passava pelo trecho ainda de terra da BR-251, na altura do entroncamento com a DF-130, região de São Sebastião, era um bar de madeirite construído à beira da pista chamado, à época, Panela Velha. Naquele ponto o cafezinho era sem troco o que acabou originando o nome CAFÉ SEM TROCO.

Com o tempo a região rural foi se expandindo com a chegada de novos moradores e parte deles acabou construindo um grande aglomerado urbano, hoje consolidado. O comércio local conta, entre outros, com mercearias, lojas de materiais de construção, salões de beleza, depósitos de gás, posto de combustível, panificadoras, além de uma feira tradicional aos domingos.

O Café Sem Troco está ligado administrativamente ao Paranoá. No entanto, está geograficamente mais próximo de São Sebastião onde a maioria dos seus moradores busca os serviços e equipamentos públicos. Por isso, a população local reivindica a criação da Região Administrativa a fim de que possa usufruir de benfeitorias públicas de forma autônoma, sem ter que se deslocar longas distâncias. Hoje para ter acesso a Unidades de Saúde, Assistência Jurídica, Educação de nível médio, técnico e superior tem que se dirigir a São Sebastião, Paranoá e Planaltina.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000
www.cl.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

Diante do exposto, conclamo aos nobres Pares desta Câmara Legislativa para aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões, / de 2016.

LIRA
Deputado Distrital - PHS

> SETAS - 000075 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

L I D O
Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8423 /2016
(Do Senhor Deputado LIRA)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, o envio de Projeto de Lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal, sobre a criação do Clube Unidade de Vizinhança na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV.

> SETAS - 000076 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, o envio de Projeto de Lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal, sobre a criação do Clube Unidade de Vizinhança na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV.

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/09/2016 15:58
Thayane 70154

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo atender os anseios dos moradores de São Sebastião, com vistas, a construção de um clube social nos moldes dos clubes de Unidade de Vizinhança, visto que promoverá a prática esportiva, lazer, cultural e integração social para toda a população. A cidade de São Sebastião vem sofrendo com diversos problemas sociais, oriundos de um crescimento populacional em sua região. Dificultando assim a boa prestação dos serviços públicos oferecidos pelo estado.

Na LODF, no Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes, condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, **lazer** e assistência social;

Investir em Esporte, Cultura e Lazer e investir em qualidade de vida, e gerar saúde, é educar e formar o seu povo, além de que, diminui as ocorrências em Segurança Pública e no atendimento na Rede Pública de Saúde.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000
www.cl.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

Diante do exposto, conclamo aos nobres Pares desta Câmara Legislativa para aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões, / de 2016.

> SETAS - 000077 <

LIRA
Deputado Distrital - PHS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

LIDO
Em 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8424/2016
(Do Senhor Deputado LIRA)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, a criação de um Ponto de Táxi, próximo ao Fórum na Região Administrativa de São Sebastião RA XIV.

> SETAS - 000078 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, a criação de um ponto de táxi próximo ao Fórum, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV.

SECRETARIA LEGISLATIVA 14Set2016 15:59

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo atender as reivindicações dos moradores e visitantes de São Sebastião, que anseiam pela criação de um ponto de táxi, trazendo conforto, segurança e melhor qualidade de vida para os moradores usuários do serviço, além de geração de renda aos taxistas.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Pares desta Câmara Legislativa para aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões, / de 2016.

LIRA
Deputado Distrital - PHS

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000
www.cl.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Claudio Abrantes- REDE-DF

Em. 15/9/16
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 8425 /2016 DE 2016

(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, que determine à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, a reforma da Quadra Poliesportiva, entre as quadras Residenciais QND 53 e 54, localizada na Região Administrativa de Taguatinga - DF, RA III.

> SETAS - 000079 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, que determine à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, a reforma da Quadra Poliesportiva, entre as quadras Residenciais QND 53 e 54, localizada na Região Administrativa de Taguatinga - DF, RA III.

JUSTIFICATIVA

Na forma do artigo 217 da Carta Política "*é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um ...*", inclusive com a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional, visando, entre outras ações, incentivar o lazer como forma de promoção social.

A quadra poliesportiva que ora se pretende ver reformada certamente servirá para realizar sonho dos moradores da localidade que se pretende beneficiar, além de tornar efetivo o comando Constitucional mencionado linhas volvidas, com o que os habitantes do setor, terão garantidas as possibilidades da prática de esportes.

Vale ressaltar que, todo e qualquer incentivo dado ao esporte reflete diretamente na educação dos jovens, sendo também, a atividade esportiva um meio de integração social e de preservação da saúde física e mental de quem pratica.

Pelo exposto, visando propiciar um mínimo de bem-estar aos usuários da localidade aqui identificada e cumprir o estabelecido no artigo 217 da Carta Magna, espero contar com apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente indicação que será de grande importância para a comunidade.

Sala das Sessões em, de de 2016

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebi em 14/9/16 às 13:45
Assinatura Matrícula

Deputado *Claudio Abrantes*

REDE/DF

Praça Municipal – Quadra 02 – Lote 05 – Gabinete CEP 70094-902 – Brasília – DF – Tel.: 3348-8172 – FAX 3348-8173
www.claudioabrantes.com.br / deputadoclaudioabrantes@gmail.com/falecomabrantes@gmail.com

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente

LIDO
Em, 15/9/16
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº RQ 2015 /2016

(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)

Requer a realização de Audiência Pública, em 30 de setembro de 2016, às 9 horas, no Plenário desta Casa, para discutir a aplicação do Decreto nº 37.321 que trata da definição dos órgãos de apoio e de execução da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

> SETAS - 000080 <

Nos termos do disposto no artigo 99, IV c/c o art. 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro a realização de Audiência Pública, em 30 de setembro de 2016, às 9 horas, no Plenário desta Casa, para discutir a aplicação do Decreto nº 37.321 que trata da definição dos órgãos de apoio e de execução da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/9/2016 15:50
Mayara 70154

JUSTIFICAÇÃO

Tradicionalmente, o DF é dividido pela PM em quatro grandes áreas – Leste, Oeste, Sul e Metropolitano – que concentram 24 batalhões espalhados por cada uma das regiões administrativas. Na prática, o Decreto nº 37.321 cria uma série de comandos que vão reger um determinado grupo de batalhões, além de concentrar a demanda burocrática das unidades. Com isso, os militares ocupados com a papelada vão para as ruas. Os comandos serão ocupados pelos chamados coronéis "full", último posto da carreira.

Uma das consequências seria que a mudança na estrutura aumentaria o efetivo responsável pela aplicação do policiamento ostensivo, além de passar a ter coronéis na atividade fim, passando à frente de comandos criados para unir unidades de policiamento especializadas.

20068

SETAS - 0000061

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente

Entre as novidades, estaria o Comando de Policiamento Sul, que compreende regiões administrativas como Gama e Santa Maria. Um exemplo é que na região, existem seis batalhões, que seriam divididos em dois grupos de três unidades cada. Com isso, os policiais passariam a se preocupar com a ponta do trabalho, ou seja, o policiamento de rua. A mesma premissa iria envolver cada uma das outras áreas, Leste, Oeste e Metropolitana.

Apesar das mudanças focarem no aumento do efetivo destacado para o policiamento ostensivo, é preciso ressaltar que as mudanças podem resultar em efeitos colaterais para a corporação.

Por isso, necessário que mudança dessa envergadura seja melhor discutida com a sociedade para que haja melhor compreensão das mudanças operadas pelo respectivo decreto.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
30/03/2016
HORÁRIO: 9h LOCAL: Plenário
11:06

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 | 09 | 2016	15h08min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 78ª
(SEPTUAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS NAS CRECHES DO DISTRITO FEDERAL.
Em 15 de SETEMBRO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.943, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 15 de setembro de 2016, fica transformada em comissão geral, para discutir as organizações sociais que prestam serviços nas creches do Distrito Federal.

Suspendo a reunião por alguns minutos para que os convidados possam adentrar o plenário e a galeria. Em dez ou quinze minutos, reiniciaremos nossos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h10min, a sessão é reaberta às 15h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos, tenho a honra de declarar aberta esta comissão geral para discutir as organizações sociais que prestam serviço nas creches do Distrito Federal conveniadas com o GDF.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Secretário Adjunto de Fazenda do Distrito Federal, Wilson José de Paula. Não chegou ainda, deve estar a caminho. Convido o Sr. Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Fábio Pereira de Sousa; a Sra. Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social, Marlene Azevedo; o Sr. Presidente do Conselho dos Direitos das Crianças e do Adolescente do Distrito Federal, Fábio Félix; a Sra. Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS, Daise Lourenço Moisés; a Sra. Coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Vilmara Pereira do Carmo; o Sr. Diretor do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, Rodrigo Pereira de Paula; o Sr. Membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-DF, Dr. Sergio Ferreira Tamanini.

Eu quero pedir ao pessoal da assessoria e do Cerimonial para pegar o nome das entidades aqui representadas para, ao longo desta comissão geral, procedermos ao registro.

Já quero registrar aqui a presença da ex-Deputada Distrital e ex-Secretária da Criança no Distrito Federal, Professora Rejane Pitanga.

Quando o representante da Secretaria de Fazenda, que confirmou presença, chegar, nós completamos a Mesa com ele, mas vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eu estou imaginando aqui de começarmos pelas entidades; portanto, as entidades vão colocar as dificuldades que estão vivendo e depois nós vamos passar para as autoridades do Governo do Distrito Federal.

Esta comissão geral originou-se de uma reunião que eu tive lá na sede do Cepas, quando vocês puderam me colocar de viva voz a dificuldade que vocês estão vivendo. Naquele momento, eu vi, e é unanimidade, que, se não melhorar essa situação, a disposição de vocês é de parar essa prestação de serviço, porque vocês são entidades sem fins lucrativos, mas têm que pagar os funcionários. Os funcionários não são voluntários, todo mundo tem carteira assinada, existem encargos sociais para serem pagos e outras coisas.

Eu pude acompanhar e compreender mais de perto essa situação das organizações sociais porque eu tive a felicidade de ter um grande amigo nessa cidade que era o Padre Natale, um italiano que veio para o Brasil e criou uma

organização no Gama chamada Obras Assistenciais São Sebastião. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo. Eu digo, com a minha fé de católico, que ele era um verdadeiro santo homem aqui nesta Terra porque o único objetivo que ele tinha era realmente atender aquelas crianças. Os olhos dele brilhavam quando ele falava do atendimento que prestava àquelas crianças.

Eu pude acompanhar também o drama que ele vivia. Uma vez eu fiquei muito triste e levei o problema ao governador à época, que era o Agnelo. O padre estava sendo punido pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Ação Social do Distrito Federal porque tinha aproveitado e feito uma festa para as crianças. Tinha servido camarão para as crianças comerem, tinha feito bolos, enfim, uma coisa da mais alta qualidade. Queriam puni-lo porque diziam que não podia fazer aquilo. Ele seria punido porque não podia fazer esse tipo de extravagância, quando ele não estava fazendo extravagância nenhuma. Na verdade, a economia que ele fez proporcionou aquilo.

Eu conheço muito a Roberta – não sei se ela já chegou –, que é quem cuida hoje das organizações lá no Gama. Sei o sacrifício que é, porque não dá para vocês virem a pé do Gama ou de Samambaia. E, se vierem a pé, também vão ter despesa porque vão gastar o sapato, então têm de vir de carro. Mas os convênios não assistem a esse desgaste que os carros têm para levar uma criança a um hospital e uma série de coisas.

Portanto, o sentido desta comissão geral hoje, Secretário Fábio, é que possamos chegar a um entendimento em que eles sejam efetivamente ouvidos e que não continuemos aqui no Distrito Federal colocando medidas de cima para baixo. Ou seja, o pessoal estabelece que é aquilo e pronto. E isso não é só no Distrito Federal, são coisas do Brasil.

Se você pegar o financiamento que é feito pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – à merenda escolar, uma coisa que me deixa extremamente triste é que a merendeira não pode comer da merenda. Vocês sabiam disso? Não pode. A comida que ela prepara ela não pode comer, por causa do *per capita*. E não pode ultrapassar o *per capita*. Portanto, ela não pode comer um pouquinho daquela comida. Eu descobri isso também nas minhas andanças pela escola pública. Eu já sabia disso.

Deputado Bispo Renato Andrade, que está aqui presente, convido V.Exa. a adentrar o plenário. Daqui a pouco V.Exa., que sabe da importância desta comissão de hoje, vai falar também.

Eu sou da roça, e o menino da roça come mais do que o menino da cidade. É natural isso, porque a gente acorda cedo, anda muito mais, logo, come muito mais. Na *per capita* que o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, libera hoje para as escolas públicas, o número de gramas de arroz para a cidade é o mesmo do campo. Essa é uma das dificuldades que as diretoras me diziam, porque os meninos lá em Brazlândia – eu fui lá na Cascalheira – comem mais. Por incrível

que pareça, Deputado Bispo Renato Andrade, os meninos do Sol Nascente comem mais do que os meninos do P Sul. Portanto, não dá para tratar todo mundo do mesmo jeito.

Eu acho que a mesma questão das organizações sociais no âmbito da educação. Uma coisa que eu quero pontuar e deixar absolutamente claro é que uma coisa é esse trabalho que vocês fazem na educação, nas creches, outra coisa é o que o governo está falando de organização social na saúde, que é uma coisa completamente diferente, que não tem nada a ver com o que nós vamos discutir aqui hoje. Portanto, o sentido é outro. E nesse caso aqui eu estou ao lado de vocês. No outro caso, vocês não estão daquele lado e eu também não estou, porque eu acho que na saúde não dá para pegar um hospital inteiro e entregar para uma entidade que não funciona como as entidades dirigidas por vocês. São verdadeiras empresas travestidas de terceiro setor. Não é terceiro setor em canto nenhum. É só verificar o rastro de corrupção que eles deixaram no Brasil afora. Enquanto nas de vocês aqui é raro haver um desvio e, se houver, enfim, é muito pouco. Eu diria que é quase ninguém. E, se houver alguém, que seja punido. Portanto, não dá para tratarmos com desconfiança de todo mundo.

Portanto, esse é o sentido da nossa comissão geral de hoje. Cada integrante da Mesa aqui vai ter direito de falar por um tempo aproximado de quinze minutos. Poderá falar daqui ou dali da tribuna, como achar melhor.

Nós vamos começar pela Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS, Sra. Daise Lourenço Moisés.

SRA. DAISE LOURENÇO MOISÉS – Boa tarde a todos. Eu queria agradecer aqui esta oportunidade que foi dada pelo Deputado Chico Vigilante. Queria agradecer aqui a presença do Sr. Fábio, representante da Secretaria de Educação; da Sra. Marlene, nossa grande parceira da Sedestmidh – Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos humanos; da Sra. Vilmara Pereira do Carmo, da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras; do Sr. Rodrigo, do SINPROEP – Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, e do membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/DF, Sr. Sergio Ferreira Tamanini.

Eu queria agradecer mais uma vez a toda essa plateia que veio prestigiar este evento e mostrar a nossa angústia que as instituições que fazem hoje política de educação vêm passando durante esse tempo que a gente tem exercido esse maravilhoso trabalho junto às crianças.

Para a gente entender um pouquinho do que está acontecendo, eu vou fazer um breve histórico da situação em que hoje a secretaria quanto à parte de convênio com as instituições sem fins lucrativos para crianças na faixa etária de zero a cinco anos se encontra dentro do Distrito Federal.

Hoje, a parte da Educação Infantil nessa faixa etária de zero a cinco anos é feita por meio de instituições sem fins lucrativos. Hoje a Secretária de Educação tem

conveniada 82 creches, sendo 35 Cepis – Centro de Educação Popular e 47 prédios novos próprios. Se entende Cepis aquelas edificações que são feitas, já moduladas, com aquele prédio próprio que é feito pelo Estado. Apenas passa-se a gestão para a instituição sem fins lucrativos. Dentro desses 82 convênios são atendidas hoje no Distrito Federal, conveniadas, 16. 321 crianças.

Para esse atendimento, o Governo do Distrito Federal paga um valor de referência por criança de zero a três anos no período integral, 8 horas, R$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais) ao mês. E para crianças de quatro a cinco anos R$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais). Neste valor a instituição tem de pagar e fornecer cinco refeições, material pedagógico, uniforme, toda a parte de higienização das crianças, pagamento dos recursos humanos, e as atividades de laser, passeios, etc, etc. É muito pouco para todo o serviço que é executado. Sem contar que esse valor que eu acabei de falar foi atualizado em 2014.

De lá para cá nós tivemos, na Convenção Coletiva de Trabalho de 2014, um reajuste de 7,5% que todas as instituições repassaram para os seus funcionários. Em 2015, na própria Convenção Coletiva de Trabalho, também foi repassado 8,5% para reajuste dos salários dos funcionários. Agora, em 2016 nós temos um IPCA que está em torno de 9,32%. E até hoje o mesmo valor que se recebia em 2014 é o que temos. Sem contar a inflação que tivemos de toda a parte da economia que está onerando tanto a parte de recursos humanos, quando a parte de bens de consumo que são adquiridos e, principalmente, a parte de serviços. Sem contar que este ano, e final do ano passado, nós perdemos a isenção da água, a entrega do pão e do leite... Coisas que foram despesas que nós não tínhamos, e agora estamos com aquele mesmo valor que recebemos e que está sendo utilizado para fazer a compra desses bens. Se considerarmos esses valores como acumulados, teremos um percentual de defasagem em torno de 28%.

O investimento por mês que o Estado coloca para essas instituições é em torno de 10 milhões e 700 mil reais. Isso ele financia. O Estado financia o atendimento de 16. 321 crianças pela rede parceira conveniada do Distrito Federal.

Bom, qual é o problema da nossa vinda aqui? O sindicato laboral dos professores está reivindicando 9,83%. Era 15%, mas ele já aceita os 9,83% de aumento, fora outros benefícios. As instituições hoje não têm condições de reajustar os valores dos funcionários, embora saiba que eles mereçam, pois são realmente os braços que fazem com que o trabalho aconteça. Mas as instituições não têm condições de realizar esse aumento de salários em função justamente de quê? Hoje nenhuma instituição faz caridade. A instituição hoje faz política pública, e é dever do estado financiar integralmente a política pública. Nós fazemos política pública de educação, e ela tem que ser financiada integralmente pelo estado. Se ele realmente não chegar com uma proposta de aumento do valor de referência, as instituições infelizmente terão que fechar suas portas. Elas não têm condições de bancar as despesas tanto de recursos humanos quanto a parte de consumo e demais produtos necessários para a manutenção das atividades.

Então, qual é a proposta do Cepas? Precisamos de um reajuste emergencial de 9,32%. Por que 9,32%? Porque as outras instituições sem fins lucrativos que hoje fazem assistência social conseguiram, com muita gestão e muita articulação, um reajuste, a partir de 1º de setembro, de 9,32% no valor de referência passado pelas instituições conveniadas.

Outro ponto é a atualização no valor de referência e a criação de um grupo de trabalho, para rever em 2017 o valor de referência justo, a fim de que a política pública de educação possa acontecer. O Cepas, durante todo esse período, não esgotou suas articulações. Nós já procuramos a Secretária de Planejamento, já procuramos o Governador, fizemos vários encontros com o Secretário de Educação, o Professor Júlio, mas qual é o discurso? Não tem recurso.

Para vocês terem ideia, o valor do quadrimestre que ainda falta ser pago, que é justamente setembro, outubro, novembro e dezembro, perfaz um montante de R$42.700.000,00 (quarenta e dois milhões e setecentos mil reais), isso no valor de referência antigo. Se nós considerarmos um aumento de 9,32% no valor de referência, vai necessitar de um aumento no orçamento em torno de 4 milhões de reais, 1 milhão de reais por mês. É muito pouco para o estado.

É isto que estamos solicitando: aumento emergencial no percentual mínimo de 9,32% e criação de um grupo de trabalho para que possamos, juntos, verificar o valor justo para a execução da política pública de educação para 2017.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora foi brilhante e ainda tinha mais cinco minutos. Muito bom. Professora, a senhora foi brilhante em dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Rodrigo Pereira de Paula. Já está presente aqui o Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fábio Félix. Muito obrigado, Fábio. Falta o homem do cofre, a Fazenda.

SR. RODRIGO PEREIRA DE PAULA – Primeiro, boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar e desde já parabenizar a iniciativa do Deputado Chico Vigilante. Cumprimento também o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Bispo Renato Andrade; a Daise, e na pessoa dela cumprimento todos os colegas da Mesa. Cumprimento os colegas professores, todos os funcionários da parte administrativa e os gestores das creches.

Nós somos o Sindicato de Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – SINPROEP. Esse sindicato dos professores do setor privado, no fim de 2014, início de 2015, passou a representar os colegas professores das creches conveniadas. Antes nós tínhamos as creches na categoria da assistência. A LDB colocou as creches na condição de educação. Nós tínhamos um litígio com o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Previdência e Assistência Social no

Distrito Federal – SINDPREV, que era o sindicato que representava, e nós passamos a representar.

Deputado Chico Vigilante, esse é um dos principais programas, senão o principal, que eu acho dos mais importantes do governo, mas não é só deste governo, isso já vem de governos passados. É justamente a oportunidade para a família, principalmente a família trabalhadora, que tem que se sustentar e muitas vezes não tem onde deixar as crianças, Deputado Wasny de Roure. A única alternativa para o filho do trabalhador, nas séries iniciais, é a creche. Se não for a creche, o filho do trabalhador infelizmente fica largado, porque o trabalhador precisa sustentar a família. Então, esse é um dos principais programas do governo, no meu entendimento, e no mesmo tom é o programa mais desprestigiado deste governo. Não somente deste governo, mas de outros governos.

Hoje a gente representa, Deputado Bispo Renato Andrade, a rede particular. Para vocês terem ideia, o aluno hoje estuda na rede particular, numa creche no mesmo modo, com a mesma qualidade. É importante a gente dizer que as organizações sociais prestam um serviço de excelência. Esse mesmo serviço no setor privado, nós fizemos um levantamento e podemos apresentar, Deputado Chico Vigilante, custa em média 2 mil reais para o pai, que paga a creche do setor privado com alimentação. Nós temos esse levantamento por cada instituição que presta atendimento no setor privado.

Quando o governo vai contratar as organizações sociais, paga apenas R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais). Muitas vezes, é uma organização social com mais qualidade, porque tem também, além de professores, nutricionistas. Há toda uma equipe de suporte, mas o estado não remunera da forma que deveria.

Temos um outro problema, que é o problema jurídico. O Deputado Chico Vigilante foi sindicalista muito tempo. Hoje as organizações sociais administram as creches apenas recebendo o repasse. No entanto, toda a responsabilidade jurídica pela relação, não só do ponto de vista trabalhista, mas de qualquer relação, a responsabilidade não é do GDF. A responsabilidade é da organização social. No nosso entendimento, eu acho que a Daise está muito tímida. Viu, Daise? Eu acho que nove e trinta e poucos por cento não vão resolver o problema, está muito tímido. O governo, com a ajuda dos Deputados, tem que colocar essa situação da criança na creche como prioridade, não só do ponto de vista de aportar recursos, mas também de ampliar, porque hoje temos grande quantidade de filhos de trabalhadores da sociedade fora das creches. O Fábio tem também esse compromisso de ampliar o serviço, mas não dá para ampliar de qualquer forma.

Deputado Chico Vigilante, do ponto de vista dos trabalhadores, é um negócio que ninguém acredita. Quando nós passamos a representar esses colegas, não é culpa das organizações sociais, porque o valor que a organização recebe do governo já vem praticamente com o dinheiro carimbado, dizendo: tem que pagar isso;

alimentação é tanto. Ou seja, as instituições não têm nem autonomia de remanejar recurso pelo próprio governo.

Para você ter ideia, Deputado Chico Vigilante, você sabe quanto ganha uma colega dessa que está aqui, que trabalha o dia todo? O valor da hora/aula desses professores é de R$ 7,60 (sete reais e sessenta centavos). Transformando isso em hora, o professor que trabalha meio período, vinte horas, ganha R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), com nível superior. Quem trabalha trinta horas ganha R$1.200,00 (um mil e duzentos reais) para trabalhar trinta horas. Inclusive, não têm nem condições de arrumar outro emprego. No nosso entendimento, é uma desmoralização para o estado. Todos os professores com excelência, com graduação, com nível superior, fazem um excelente trabalho, mas infelizmente não são remunerados como deveriam ser.

No atual momento, Deputado Chico Vigilante, nós temos um problema. Quando eu falei sobre a responsabilidade jurídica, nós temos um problema colocado. Nós temos um bode na sala ou dentro das creches, que é o seguinte: estamos em processo de negociação da convenção de 2016 e não assinamos a convenção, porque infelizmente o valor *per capita*, as instituições não têm condição do que a gente está querendo, a Secretaria de Estado de Educação, e o Fábio pode atestar isso. No governo passado, a referência de remuneração dos colegas professores era o piso da rede particular. Pelo menos, a Secretaria utilizou isso como referência. Hoje o piso está em 12 reais, e os colegas das creches estão recebendo R$ 7,60.

Então, nós entramos em dissídio coletivo. O Tribunal do Trabalho está para julgá-lo a qualquer momento, e a tendência é que conceda os 12 reais, que dá um percentual de mais de 26% de reajuste. Esse reajuste, com essa *per capita* que a Daise apresentou, eles não vão conseguir cumprir, por isso eu estou dizendo que é uma situação, Deputado Wasny, jurídico-política, porque se a responsabilidade de contratar o professor é da instituição e o GDF faz apenas o dinheiro carimbado, alguém vai ter que pagar a conta, e esse alguém não pode ser os professores, que já estão trabalhando em regime de 30 horas, porque não têm condição de arrumar outro emprego mesmo ganhando muito pouco nesse.

Portanto, nós entendemos que é fundamental que esta Casa assuma esse compromisso de nos ajudar. Quando falamos em nos ajudar, colocamos também junto com as organizações sociais a necessidade de aumentarmos a *per capita*. Se não aumentar a *per capita*, praticamente as instituições não terão condições de melhorar a situação do salário dos trabalhadores nem de prestar o serviço.

Esse é o apelo que fazemos aqui. O Fábio, na condição de subsecretário, tem nos ajudado, mas quando vai para materializar, implica a situação da Secretaria de Fazenda. Ou o GDF tira como prioridade e aporta recurso ou praticamente esse serviço que atende mais de 16 mil crianças vai ficar prejudicado, Chico. Nós queríamos muito fazer esse apelo porque hoje a remuneração dos professores é uma

vergonha. Não dá para continuarmos dessa forma. Nós queríamos muito que a Câmara nos ajudasse a aportar recurso. Muito obrigado. (Palmas.)

A média de um atendimento desse no setor privado é 2 mil reais, enquanto as organizações fazem um excelente atendimento, oferecendo todas as refeições, por 580 reais. Então, é preciso, urgentemente, aumentar a renda *per capita* e dar autonomia também às instituições para terem condições de movimentar o recurso, porque hoje o recurso é carimbado. É uma vergonha, Chico – você bem lembrou –, uma merendeira não poder lanchar a merenda que ela faz – os professores estão na mesma condição. Isso é um absurdo!

Precisamos mudar essa realidade e eu tenho certeza de que, com a ajuda de todos os Deputados, especialmente do Chico, vamos conseguir resolver isso.

Muito obrigado, companheiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Rodrigo. Ele também ficou nos 10 minutos. Está excelente.

Quero registrar a presença do Deputado Bispo Renato Andrade; do Deputado Wasny de Roure; do Deputado Raimundo Ribeiro; da Sra. Karla Valadares de Castro, Presidente do INAV – Instituto Nair Valadares; do Sr. Ciro Silvano, Presidente da Sociedade Espírita Casa do Caminho; da Sra. Sônia Maria Macêdo, Presidente da Renascer na Estrutural; da Sra. Maria Meire Nascimento da Costa, diretora-geral do Lar da Criança Padre Cícero; do Sr. Rodrigo Júnior, presidente da Aema – Ação Social Comunitária; da Sra. Maria José Sousa Marques, diretora pedagógica do Éden – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano; da Sra. Eliceuda França, diretora do Sinpro e nossa companheira e amiga; do Sr. Ciro Heleno Silvano, presidente da Sociedade Espírita de Amparo ao Menor Casa do Caminho e diretor do Cepas.

Ao longo da sessão, vamos anunciar mais gente.

Eu quero dizer a vocês que há um cafezinho que está quentinho. Está naquela garrafa no canto. Quem quiser é só ir lá que já está pago. Vocês já pagaram o cafezinho.

Quero dizer também que esta sessão está sendo transmitida ao vivo, via Facebook. O código é usuário sociais, e a senha é creches. Está aí no Facebook, ao vivo direto.

Eu quero registrar também a presença da Sra. Cristina, assessora do Deputado Julio Cesar.

Vamos ouvir agora a nossa companheira e coordenadora da Secretaria para Assunto e Políticas para as Mulheres do Sindicato dos Professores, Sra. Vilmara Pereira Castro.

SRA. VILMARA PEREIRA CASTRO – Eu vou falar daqui da mesa.

Primeiramente, Fora Temer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2016	15h08min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado, Presidente da Mesa e Companheiro, Chico Vigilante, e, na pessoa dele, eu cumprimento todos os Deputados presentes e os demais membros da Mesa.

Inicialmente, em nome do sindicato dos professores e professoras, agradeço o convite e te parabenizo, ouviu, Chico, pela iniciativa.

O tema em debate hoje sempre foi ponto de pauta prioritário da nossa luta. Para nós mulheres, em todas as nossas frentes de luta, temos a clareza de que creche pública é direito das crianças, opção da família e dever do Estado.

O direito à creche para crianças de zero a três anos está amparado no nosso ordenamento jurídico, mais precisamente, na Constituição Federal brasileira, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reitera o dever constitucional do Estado com a educação infantil, definindo-a como a primeira etapa da educação básica, devendo ser oferecida em creches ou em entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

No entanto, ainda que garantido em nossa Carta Maior, há 28 anos, é comum nos dias de hoje vermos e ouvirmos diariamente notícias de violação dos direitos da criança. É comum recebermos apelos de mães e pais de crianças pequenas que necessitam da creche como pré-condição para construir a autonomia econômica de suas famílias.

Quando não encontramos uma lista enorme de solicitações de vaga nas instituições, sejam elas públicas ou conveniadas, infelizmente isso não significa que não há demanda, mas que a população perdeu a esperança de ter sua reivindicação atendida.

Em 2015, o IBGE, pelo Pnad, em sua pesquisa, aponta que temos uma população de 0 a 3 anos de 147.688 crianças, e para atendê-las temos 9 creches públicas, 81 particulares conveniadas, perfazendo um total de 90 creches entre públicas e privadas para atender toda essa demanda.

Se incluirmos a pré-escola, crianças de 4 a 6 anos, com uma população em 2015 de 79.116 crianças, a situação fica ainda mais caótica, na medida em que se têm tão somente 236 escolas da rede pública e 64 de particular conveniadas.

Dessa forma, a exclusão das famílias mais pobres é acentuada pela ausência de uma política pública de educação no DF, especialmente no que tange à oferta de creches públicas.

O Sinpro entende que a luta pela ampliação das creches públicas é uma reivindicação histórica das mulheres trabalhadoras, já que, para além de um direito da criança ao bem-estar e à educação, garante às mulheres maiores possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho e nos espaços de poder.

Apesar de reconhecermos o impacto do estabelecimento de cotas de gênero nos partidos e sindicatos, acreditamos que este mecanismo só terá efetividade se houver condições reais que possibilitem às mulheres ocuparem os espaços a elas reservados, e a creche é uma condição fundamental nesse processo.

No Brasil, as mulheres trabalhadoras foram precursoras dessa luta desde o início dos anos 40, quando exigiram das empresas privadas a oferta de creches para seus filhos.

Em 1953, a creche também foi uma das principais reivindicações da I Conferência Nacional de Mulheres Trabalhadoras.

Ainda antes de ser incorporado à Constituição Federal em 1988, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo incluiu o direito à creche como cláusula num dissídio coletivo. Mesmo assim, a primeira versão do Fundeb, discutida em 2007, só incorporou a questão das creches através de emenda parlamentar.

Atualmente, o número de creches públicas em nosso país é absolutamente insuficiente para a demanda, e as metas estabelecidas não foram alcançadas

A luta pela creche pública, com gestão pública, agrega quatro dimensões complementares: a garantia dos direitos da criança, a autonomia das mulheres, a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos os níveis de ensino e a garantia de direitos dos trabalhadores em educação.

Para que possamos responder a estas necessidades, precisamos trabalhar de forma articulada com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Com o Executivo, para fazer cumprir as metas, de construção de novas instituições – e aí dando especial atenção à meta 1 do nosso Plano Distrital de Educação –, ampliação de vagas, contratação e capacitação de profissionais através de concurso público e valorização dos salários das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação. Com o Legislativo, nesta Casa, para que, durante a votação do orçamento, o investimento em creches públicas seja prioridade, lembrando que este é um dever constitucional do Estado. Com o Poder Judiciário e o Ministério Público, para que estejam atentos às denúncias da sociedade civil e façam cumprir os direitos e deveres previstos em lei.

Nós mulheres continuaremos em alerta e cada vez mais unificaremos nossos esforços, assumindo, a partir de nossos espaços de atuação, um compromisso de luta: com as crianças, com as mulheres e com a educação pública, com gestão pública, de qualidade e democrática.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigada, companheira.

Mais um comunicado: nós estamos filmando tudo e depois vamos disponibilizar o vídeo para vocês, para as entidades. Também as notas taquigráficas serão disponibilizadas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 | 09 | 2016	15h08min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Registro as seguintes presenças: Patrícia Andreazzei, Presidente do Grupo da Fraternidade Cícero Pereira e Diretora do Cepas; Rodrigo Simões, Presidente da AFMA e Diretor do Cepas; Valdemar, Presidente da Casa de Ismael; Karla Valadares, Presidente do Instituto Nair Valadares e Diretora do Cepas; Maria Ricardina Almeida, Secretária da Mulher do Partido dos Trabalhadores; Karina Barbosa, Presidente do Sinproep.

Passarei a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. Em seguida, passarei ao representante da OAB e, depois, para o Deputado Wasny de Roure, com um compromisso, Wasny. Sei que você tem um compromisso lá fora, mas você tem que voltar aqui até às 17h para presidir a sessão, porque, às 17h30min, eu precisarei sair. E aqui nós não vamos terminar enquanto não tivermos uma boa garantia do Fábio.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Deputado Chico Vigilante, meu amigo, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Quero saudar o Sr. Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional – SUPLAV, Fábio Pereira de Sousa; a Sra. Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social, Marlene Azevedo; o Sr. Presidente do Conselho dos Direitos das Crianças e do Adolescente do DF, Fábio Félix; a Sra. Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social - CEPAS, Daise Lourenço Moisés; a Sra. Coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres do Sindicato dos Professores do DF, Vilmara Pereira do Carmo; o Sr. Diretor do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Rodrigo Pereira de Paula; o membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/DF, Dr. Sérgio Ferreira Tamanini; meu queridíssimo amigo Ciro.

Quando eu estava ouvindo você, Daise, comecei a pensar naquilo que está acontecendo. Você falou do Instituto Nair Valadares, que acompanhamos de perto enquanto eu fui Administrador Regional do Riacho Fundo. Acompanhamos de perto a realidade do Nair Valadares e de tantas outras creches com o meu amigo Ciro, com quem estamos sempre em contato pelo fórum religioso aqui do Distrito Federal.

Chico, primeiro, você sabe que sou totalmente contra a implantação das organizações sociais na saúde. V.Exa. também o é, e estamos juntos nessa luta. Mas, quando se trata especialmente das nossas creches, vemos o governo propalando que as crianças estarão nas creches. Mas como ele vai colocar essas crianças nas creches se ele diz que não tem dinheiro para pagar aquilo que é o essencial para as creches continuarem funcionando? Falta de dinheiro, com toda certeza, não é. Dinheiro existe e aos montes. E nós temos provado isso aqui. Nós falamos do dinheiro que se gasta por mês com o transporte público: quase 600 milhões de reais.

Nas implantações das OS na saúde pública, serão outros milhões de pessoas que sempre sugaram dinheiro dos cofres do Distrito Federal. Mas aquilo que for a soma dos esforços para continuar fazendo com que as creches continuem

funcionando, Ciro, pode ter certeza que terá todo o meu apoio e todo o meu empenho. Onde o Chico direcionar nessa área – Chico, você sabe disso –, vai poder contar com o meu apoio naquilo que pudermos fazer para que nenhuma creche hoje possa ser fechada. Já existe a falta de espaço para as nossas crianças estarem presentes. Imaginem se fecharem essas creches que estão hoje atendendo. Eu sei que, de fato, atendem, porque fazem isso com o coração, porque, se não fosse com o coração, a maioria dessas creches já estaria fechada completamente. Mas não são apenas as nossas crianças que vão ficar sem o atendimento.

Os professores, os trabalhadores que precisam de emprego, nesse momento de crise tão grande, perderam emprego por falta de operação, por incompetência de um governo que não olha para o social. Nós precisamos de pessoas que tenham o coração voltado para aquilo que é essência do tratamento e do acompanhamento das nossas crianças. Cuidem das crianças e, com toda certeza, nós não vamos precisar punir, no futuro, os adultos, já dizia Pitágoras.

Então, fica aqui a minha palavra de apoio àquilo que for necessário para que o governo possa trazer a solução imediata para o atendimento das nossas crianças e também dos trabalhadores nas creches. Podem contar comigo. Estou à inteira disposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Convido a fazer parte da Mesa o Sr. Secretário Adjunto da Fazenda do Distrito Federal Wilson José de Paula. (Palmas.) Seja bem-vindo, Wilson.

Concedo a palavra ao membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/DF, Dr. Sérgio Ferreira Tamanini.

DR. SÉRGIO FERREIRA TAMANINI – Muito obrigado, Presidente da Mesa, Deputado Chico Vigilante.

Eu quero saudar você professor, colaborador, que trabalha nessa árdua missão. Falo não só como membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor, mas falo também como pai. Eu já tive filhos que estiveram nas creches, na Instituição Cruz de Malta, e sei da dificuldade que é conseguir uma vaga para uma criança quando se tem que trabalhar. Nessa ocasião, Deputado, eu fazia faculdade, trabalhava e era pai e mãe, porque a minha esposa tinha outras atividades e não permitia que esse cuidado ficasse a cargo dela. Hoje a vida moderna não te permite monopolizar nas mãos da mãe essa atividade. Então, eu falo como alguém que conhece de perto a realidade em que vocês vivem.

A nossa comissão tem um aspecto fundamental nesse processo. Por quê? Porque a OAB/DF é uma instituição que não tem apenas versado sobre direitos e interesses da advocacia. Muito pelo contrário, o nosso interesse é pelo desenvolvimento da sociedade e da cidadania como um todo. Então, nós temos discutido, ao longo desse ano, algumas propostas que envolvem as organizações

sociais, as associações, as fundações, as entidades como um todo que compõem o terceiro setor. E, por coincidência, ficou marcada uma pauta para o mês de outubro, quando vai ser realizado um seminário, que nós provavelmente vamos realizar ali na Casa de Ismael. E um dos temas é a questão do atraso no repasse. E a gente tem observado o seguinte: quem é que arca com esse passivo trabalhista que hoje as organizações sociais têm acumulado? Nós temos aí o sindicato, que tem de estabelecer um valor, um teto mínimo do salário da categoria e, como o professor mesmo falou, nós ainda não assinamos a convenção este ano. Daqui a pouco vem o Ministério Público do Trabalho, sem dó nem piedade, chama as organizações e diz: "está aqui um termo de ajustamento de conduta e vocês vão ter que se comprometer". Como é que fica daquele momento para trás?

Então, esse é um tema que nós, da Comissão de Direito do Terceiro Setor, queremos debater junto com vocês. Em nome da comissão, nós nos colocamos à disposição inclusive, dona Daise, para fazer parte da criação desse grupo de trabalho a que o Cepas vem se propondo.

Agradecemos o convite e estamos totalmente integrados nesse propósito, não só para promover o desenvolvimento social através da atividade das organizações compostas pelas creches, mas também para achar um termo que seja viável para a Secretaria de Educação, a fim de que se cumpram essas metas, uma vez que o edital, quando chama a instituição para fazer parte desse convênio, estabelece um índice de reajuste anual (ininteligível), mas que não vem sendo cumprido. É esse o propósito de estarmos juntos aqui.

Eu não vou me delongar mais, até porque o nosso secretário vai debater um pouco o tema conosco.

Quero agradecer a oportunidade. Obrigado, Presidente! Agradeço também aos colegas da Mesa e a você, professor e colaborador, que veio investir o seu tempo nessa proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Dr. Sérgio Tamanini.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Chico Vigilante, meus cumprimentos. Acho muito oportuno esse debate. A agenda nessa área é extremamente contagiante, pelo papel hoje dessas instituições no cuidado de aproximadamente 16 mil crianças. Então, V.Exa. realmente apontou uma área e uma agenda relevante para a cidade.

Quero cumprimentar toda a Mesa, começando com o Fábio, Presidente do CDCA; o Rodrigo, Presidente do Sinproer; a Daise, Presidente do Cepas; o outro Fábio, que é o nosso Subsecretário de Logística – não é, Fábio? Eu sempre erro isso. O Fábio é uma das figuras mais relevantes naquela secretaria, com todo respeito aos demais, inclusive ao secretário.

Quero cumprimentar também a Marlene – hoje, no final do dia, conversamos sobre a operação do Recanto das Emas –; a Vilmara, depois desse discurso bem fleumático; o nosso Dr. Tamanini, que é o representante da OAB do Terceiro Setor, junto com o Kildare – o Kildare continua lá, não é? –, e o Wilson, que é o nosso Subsecretário da Fazenda, com quem também eu já havia falado, nesses dias, a respeito da reunião sobre a questão tributária que o Cepas havia colocado.

Fico muito feliz aqui. Temos acompanhado várias instituições. O pastor Rodrigo... Inclusive, estive, na última sexta-feira – não é, pastor? –, visitando a Carla lá no Riacho Fundo II.

Eu estava comentando com o Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Chico Vigilante, que eu cheguei ali na creche do Rodrigo... Perdão. Da Afma... Também, vocês colocam uns nomes diferentes! (Risos.) Mas, enfim, fiquei absolutamente admirado, Marlene, com a qualidade do serviço. São crianças com 2 anos, 3 anos. Eu via o meu neto ali. Fiquei realmente emocionado naquele momento. Recentemente, visitando o trabalho da Carla, a gente viu aquele belíssimo projeto, em um convênio com a Sedestmidh, que pega o contra fluxo do horário, aproveitando a Casa Azul, a casa que a Daise dirige em Samambaia. É mais um projeto de convênio simultâneo da instituição Ana Valadares com a Casa Azul, pegando uma faixa etária já adolescente para jovem, com várias oficinas. A instituição Ana Valares tem uma infraestrutura muito rica. Vemos o Valdemar, a Patrícia, a Sônia, enfim, pessoas que têm um enorme serviço. E, aí, não podemos deixar de cumprimentar os servidores, que são extremamente dedicados, com uma remuneração que, naturalmente, não é suficiente. Muitas vezes, há que se compatibilizar com a remuneração que está hoje bastante defasada e é a pauta dessa agenda convocada pelo Deputado Chico Vigilante, nesta comissão geral.

Quero entrar nesse tema, Deputado Chico Vigilante. Cheguei um pouco atrasado e não vou poder ficar todo o tempo, porque tenho um debate sobre ocupação de áreas irregulares. Se der tempo, virei rendê-lo no posto. Mas, Fábio, acho que essas contas, você já fez. Você é um cara extremamente inteligente, pró-ativo, mas quero que você me permita falar. Nós estamos com um representante da OAB, um representante do CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O governo tem a bolsa para quatro anos. Quanto é que o governo paga? Paga R$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais) para quatro horas. Entretanto, de quatro a cinco anos, o governo banca R$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais). Para quatro horas, R$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais); para oito horas, na mesma faixa etária, R$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais). Quer dizer, o próprio governo se contradiz. O que ele está impulsionando nesta medida é desconstituir as instituições do trabalho de tempo integral, que é o correto, para migrar para quatro horas, porque vai atender a um número muito maior. O governo vai apresentar uma estatística mais satisfatória. Talvez até gaste menos, mas a qualidade, naturalmente, não vai ser a mais satisfatória.

Então, acho que é preciso pensar. Eu estava com a secretaria logo que saiu o aumento dos 9,32%. Foi pontuado. É uma despesa adicional de 4 milhões de reais. Mas existe outro dado, que é importante. Não sei se o meu raciocínio está correto, Valdemar. Até 2014, os repasses para creches eram antecipados. Era isso, Fábio? Porque também era o mesmo subsecretário. O repasse era antecipado. Você gastava ao longo de quatro meses, já com o dinheiro em mãos, naturalmente aplicado, acredito eu, com a inflação hoje de 10% ao ano. Hoje, você recebe vencido, ou seja, com o serviço prestado durante quatro meses, quando a instituição ainda vai receber. Esse é um dos motivos que afeta, nesse momento, a própria discussão da convenção do acordo coletivo dos trabalhadores.

Esse quadro demonstra que estamos vivenciando um cenário que o próprio governo está construindo: a inviabilidade do projeto.

Quero aqui concordar com o que o Rodrigo falou, que esse é um belíssimo projeto. Começou no Governo Agnelo, que, ao concluir as construções dessas unidades de educação infantil, transferiu-as para as entidades sociais com acúmulo no trato da educação infantil – isso é importantíssimo registrar. Não são entidades que estão começando agora. Já vêm trabalhando ao longo dos anos num sistema de convênio com a antiga Sedest – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda –, hoje, Sedestmidh – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal –, o que demonstra que são acúmulos que nem a Secretaria de Educação tem. Mesmo com um concurso dos mais atualizados, nós ainda teríamos que preparar os profissionais ao longo de um bom tempo para poder qualificá-los para melhor servir. Então, essa é uma parceria com o terceiro setor altamente dignificante.

Agora, Deputado Chico Vigilante, acho que esta audiência tem o propósito repensar com urgência essa questão, também com o Secretário Fleury e o Sr. Wilson e naturalmente com a Secretaria da Educação, porque eles também trabalham com o salário-educação. Essa parte da conta – parece-me – é bancada pelo salário-educação, não é isso, Fábio? O Sr. Wilson é do quadro da Secretaria de Fazenda, é auditor. É extremamente importante, pelo menos, trabalhar por esse reajuste para equiparar a Sedestmidh. A Daise apresentou aqui quatro milhões adicionais. Pelas contas que a minha assessoria me passou aqui, Daise, o saldo orçamentário é de treze milhões e meio, que não vão ser suficientes para chegar até o final do ano, o equivalente a esse último quadrimestre de setembro, outubro, novembro e dezembro.

Então, Chico e colegas, eu quero dizer que a pauta desse segmento aqui, capitaneado pelo CEPAS – Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social, não se restringe a essa questão da atualização de valores. É importante registar o pleito que eles têm de fazer parte do Conselho de Educação. Não é possível que o Conselho de Educação não tenha um integrante daqueles que estão trabalhando com a educação infantil – que tem n particularidades no trato da educação – e que ficam

ausentes da educação. Ainda que esteja o mais bem preparado professor ali dentro do conselho, não necessariamente ele convive no dia a dia, com essa realidade.

Então, essa pauta a Secretaria tem que levar ao conselho. Tem que se abrir esse debate da abertura da vaga para participação do Cepas ou daquele que possa falar em nome dessas entidades da educação infantil. Não é falar apenas do ponto de vista do interesse das entidades, mas, sim, da educação infantil.

Por último, aí eu encerro, quero dizer que esse é um projeto que não pode retroceder. Quando fui Deputado Federal, tive o privilégio de votar uma emenda liderada por alguns Parlamentares que cuidavam da questão da educação infantil – lembro-me bastante da Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul – e capitaneada pelo Presidência Lula. A educação infantil foi constitucionalizada por iniciativa do Presidente Lula. Eu quero deixar isso aqui consignado porque é claro que essa luta política que ele encabeçou era de muitos e muitos educadores, mas o País estava com esse débito de dar um *status* de magnitude, de importância à educação infantil. Portanto, é uma matéria que não pode retroceder. Retroceder é perder todo um processo de crescimento da nossa criança.

Esse, sim, é o tema relevante. O tema relevante aqui não é se há ou se não há o recurso. O tema aqui é se a criança é ou não é o projeto maior para a nossa cidade, para o nosso País. Eu tenho certeza de que o Professor Júlio, que não está aqui, mas é um educador, terá absoluta sensibilidade, até mesmo porque me lembro de que foi ele que capitaneou esse debate da bolsa das quatro horas. Eu me lembro, Chico, de o Fernando dizer: nós não podemos mais do que quatro horas, mas queremos garantir as quatro horas. Eu até entendo o ponto de vista da transição, mas não posso entender e não vou me aquietar – e aqui, com certeza, também o Deputado Chico Vigilante, que é muito mais fleumático do que eu, não vamos nos aquietar, a nossa bancada, como também o Deputado Ricardo Vale – no sentido de nós assistirmos a essa correção ainda esse mês.

Wilson, eu sei que você está com as contas apertadas, mas você vai ter que apertar um pouquinho mais porque essa conta de 4 milhões, pelo menos, precisa atingir a contabilidade da Secretaria de Fazenda. Eu estava preocupado porque você foi o último a chegar – com todo o respeito, eu sei que você não é uma pessoa desocupada – porque sua vinda aqui é extremamente importante. Você precisa convencer o nosso xerife das contas, que é o Secretário Fleury. Quatro milhões, com todo o respeito, é algo extremamente residual para um serviço dessa magnitude em que nós não podemos retroceder. Temos que aperfeiçoar, avançar e naturalmente discutir as outras pautas, inclusive lá com o SINPROEP – Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, que é uma das demandas que o segmento tem, e nós precisamos dar continuidade.

Muito obrigado. Eu vou ter que me ausentar porque, às 16h40min, eu serei recebido ali pelo Secretário Sérgio Sampaio. Então, vocês não puxem minha orelha.

Tão logo termine lá, Deputado Chico Vigilante, estarei aqui contigo. Muito obrigado por essa oportunidade. Parabéns, mais uma vez. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Registro as seguintes presenças: Sra. Ana de Fátima, Diretora Geral da Creche Renascer; Sr. João Ricardo Assis Veloso, Presidente da Sociedade do Amor em Ação; Sr. Antônio Carlos N. Gomes, Presidente das Obras Assistenciais Padre Natale Battezzi; Sra. Eliane Moreno, do Movimento Social de Ceilândia; Sr. Guaranacy Santos Santana, Diretor/Presidente do Instituto Vitória Régia; Sra. Luzia Rodrigues de Souza, Presidente da Fenações Integração Social.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Fábio Félix.

SR. FÁBIO FÉLIX – Olá, boa tarde a todas e a todos. Quero primeiro agradecer pelo convite do Deputado Chico Vigilante para esta comissão geral e estender também uma saudação a todos e a todas da Mesa e a todos e a todas que se mobilizaram para estar aqui. Eu acho que essa é uma audiência pública muito expressiva, Deputado Chico Vigilante, Dona Daise do Cepas, também conselheira do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e uma grande mobilizadora no nosso conselho pelos direitos da criança e do adolescente. Acho que essa mobilização expressiva é uma demonstração de que esse não é um debate qualquer na sociedade e que é um debate que precisa de uma atenção especial do governo.

Hoje eu estou aqui na representação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que, este ano, está sob a presidência da sociedade civil. O conselho é um órgão paritário, e, como outros conselhos, há um revezamento sobre quem vai estar dirigindo-o, quem estará na gestão do conselho.

Sob a direção da sociedade civil, o conselho tem tido muitos desafios. O primeiro deles talvez seja fazer o governo compreender a importância de um conselho e a importância de um espaço de participação, porque, muitas vezes, não só este como outros governos não entendem a importância desses espaços de participação como espaços incômodos, como espaços que levantam algumas bolas, algumas pautas que muitas vezes não são as pautas que o governo quer levantar naquele momento. Então, esse tem sido o nosso primeiro desafio à frente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Dona Daise também já foi presidente desse conselho, que tem uma expressão na defesa do estatuto. Eu acho que a nossa grande atribuição e o nosso grande desafio no Distrito Federal é a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito da criança e do adolescente, a prioridade absoluta, a criança e o adolescente como sujeito de direitos. E quando alguma política pública fundamental, essencial para o atendimento à criança e ao adolescente não é executada com qualidade, quando não há as condições objetivas para que a criança e o adolescente estejam dentro dessa política pública, como é o caso da política de

educação infantil, como é o caso das creches, há um cenário tenebroso de desproteção.

Esse cenário de desproteção tem que ser um alerta para a sociedade, Deputado Chico Vigilante, porque ele abre espaço para o abuso sexual, para o aumento da situação de rua das crianças, para o aumento da situação de drogadição da criança. Esse é um cenário muito grave.

Nós que falamos tanto em parar de investir só no paliativo, nós que falamos tanto em discutir para além do que fazemos sempre, que é enxugar gelo, nós que falamos tanto da necessidade de fazer política pública de qualidade e de prevenção, precisamos avançar para além daquilo que temos feito aqui. E esse é um desafio financeiro – da Secretaria da Fazenda, da Secretaria de Planejamento do Distrito Federal –, mas é um desafio político do Distrito Federal: criar um cenário de proteção à criança e ao adolescente.

Nós temos hoje no Distrito Federal cerca de 800 adolescentes em medidas socioeducativas de internação e cerca de 5 mil adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que são os adolescentes que já cometeram ato infracional. Como é que esses adolescentes não chegam lá nas medidas socioeducativas? Com política pública de prevenção. Para isso, a gente precisa de valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras das creches, a gente precisa do mínimo das condições para o funcionamento da política de educação infantil no Distrito Federal.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente tem um compromisso. Hoje, por resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – a Resolução nº 71 –, as creches não são credenciadas mais no Conselho de Direitos. Essa, inclusive, é uma discussão que nós temos de reabrir no conselho, porque muitas instituições, que são as creches, têm outros serviços, programas e projetos que não só os da educação infantil, mas complementares. Nós precisamos reabrir essa discussão no âmbito do Conselho de Direitos e inclusive pautá-la no Conselho Nacional, para que essa resolução possa ser revista, possa ser discutida novamente, porque eu acho que é uma resolução que afasta o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, afasta o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente das creches.

Nós sabemos que a creche é um dever do Estado porque a educação é um dever do Estado, mas eu acho que o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pode cumprir um papel muito importante de diálogo, de fiscalização e de cooperação com esse setor.

Esse cenário de desproteção não é um cenário qualquer, ele tem impacto na segurança pública, na situação da sociedade em vários âmbitos, e é primordial que isso sensibilize o governo.

Acabei de sair de uma reunião, agora às 13h30min, com os coordenadores representantes dos quarenta conselhos tutelares. Foi um diálogo do Conselho dos Direitos, e a primeira fala dos conselheiros, antes de começar a reunião, era "a nossa

relação com as creches. Nós não temos como resolver uma série de situações porque nós não conseguimos vaga, não tem vaga no Distrito Federal". Então, essa é uma situação de calamidade.

É óbvio que a gente tem várias concepções de educação colocadas. A minha concepção é a da educação pública. Mas é óbvio que aquilo em que nós precisamos pensar primeiro, a prioridade zero hoje, é o direito da criança e do adolescente, e é preciso garantir esse direito. Eu acho que é fundamental que o governo se sensibilize com essa argumentação, que se sensibilize ouvindo as entidades que estão aqui, com todas as dificuldades, executando um excelente trabalho.

Eu visitei também a Instituição Casa Azul, da Dona Daise, que já foi citada como exemplo pelo Deputado Wasny de Roure. É uma instituição que atende cerca de 1.900 adolescentes, com uma equipe grande, de qualidade, que trabalha, que atua e consegue grandes resultados no atendimento desses adolescentes que estão lá na Samambaia.

Então, essas instituições têm feito um trabalho, têm se desdobrado e, além disso, têm feito uma militância muito grande nos direitos da infância e adolescência no Brasil, uma militância, inclusive, que tem enfrentado o debate da redução da idade penal. Esse é um debate que está latente na sociedade. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente tem um compromisso contrário à redução da idade penal. E o fortalecimento das creches, o fortalecimento da prevenção só fortalece a nossa argumentação de que o fundamental é a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Eu acho que o argumento que o Sinpro trouxe aqui também é fundamental porque o CDCA tem uma resolução importante, inclusive para todas as instituições que estão aqui: o debate de gênero na escola é fundamental, independentemente das diversas posições que temos aqui. Tem muita gente que é contra, inclusive no âmbito desta Casa, mas para nós, Deputado Chico Vigilante, o debate de gênero na escola é fundamental. Ele é fundamental inclusive para que a nossa pauta e a nossa luta sejam a igualdade de gênero, que é a garantia das condições objetivas de a mulher poder trabalhar e construir sua autonomia. A mulher só pode trabalhar e construir a sua autonomia se o Estado garantir a creche e a educação infantil, para que o seu filho não seja colocado num contexto de desproteção.

Então, eu queria colocar o CDCA à disposição dessa luta para sensibilizar o governo, mobilizando outras organizações da sociedade civil em defesa da educação infantil, para que nesse momento se possa achar uma solução, uma saída objetiva, para essa situação. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Fábio Felix.

Concedo a palavra à Sra. Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social, Marlene Azevedo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2016	15h08min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

SRA. MARLENE AZEVEDO – Boa tarde a todos e todas. Cumprimento o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa. Acho que essa discussão é estratégica para aquilo que o Fábio acabou de dizer, que é a garantia de direitos das crianças do Distrito Federal. Cumprimento aqui os valorosos trabalhadores das creches que prestam serviço a essa população e os dirigentes das entidades que aqui estão presentes. Cumprimentando a Daise, dirigente do Cepas, cumprimento todos. Também meus cumprimentos aos demais componentes desta Mesa.

Primeiramente, a título de colaboração, queria fazer uma observação. Nós estamos aqui num diálogo com entidades e organizações da sociedade civil, não com OS – Organizações Sociais. As OS têm uma outra relação com o Estado, a exemplo do que está sendo posto em nível da Saúde. Aqui são organizações da sociedade civil, entidades não governamentais, compostas e criadas para prestar serviços em diversas políticas públicas. Elas entram numa relação com o Estado de parceria; não é de substituição, é de parceria e de complementação. Portanto, considerando que essas entidades são parceiras do Estado, é estratégico e fundamental que façamos essa discussão de forma bastante republicana e clara aqui, para que cumpramos o que está previsto inclusive na Constituição, que é a oferta de serviços a este público.

Nós temos registradas no Distrito Federal cerca de 85 mil crianças de zero a seis anos que compõem famílias que estão no Cadastro Único. Portanto, são crianças de famílias mais vulneráveis. Essas crianças de zero a seis anos – eu estou colocando aqui uma faixa etária mais extensa – são detentoras de direitos e devem ser atendidas pelo Estado e complementarmente pelas entidades, exatamente para evitar aquilo que o Fábio colocou muito bem: que elas sejam, posteriormente, usuárias do serviço destinado a crianças e adolescentes autores de atos infracionais. Com a garantia de serviço agora, essa faixa etária tem que ser atendida com qualidade para que ela se forme como cidadã e tenha os seus direitos respeitados. Nesse sentido, nós temos que ter atenção absoluta.

Eu queria só historiar algo rapidamente. Até 2011, embora a LDB já apontasse que as creches eram de responsabilidade da educação, elas estiveram vinculadas por meio de convênio com a hoje Sedestmidh.

Na gestão de 2011, a então Secretária Arlete Sampaio fez todos os encaminhamentos junto à Secretaria de Educação no sentido de que esse serviço fosse, então, repassado para a Secretaria de Educação, até porque ele tem uma especificidade cujo saber estava no nível da Secretaria de Educação, embora muitas dessas entidades que têm creches e que estão hoje conveniadas com a Secretaria de Educação sejam nossas parceiras nos termos de colaboração no atendimento às crianças acima de 6 anos.

A discussão do valor de referência para cada atendimento *per capita* é uma discussão que seguramente tem que ser antecedida da discussão de custo desse serviço. E foi essa a discussão que nós fizemos na então Sedest, em 2013. Nós fizemos uma discussão com as entidades, reunimos toda a legislação, tudo que era

de responsabilidade dessas entidades e fizemos, então, uma discussão e análise de custo do serviço e, a partir disso, nós estabelecemos os valores de referência para cada serviço ofertado por elas.

Quero esclarecer aqui que o valor repassado às entidades de 9,32% no reajuste desses valores de referência – até para contribuir com o Secretário Adjunto, Dr. Wilson, e o companheiro Fábio, da Secretaria de Educação –, os recursos para esse reajuste são oriundos de superávit. Então nós oferecemos para a Secretaria de Planejamento uma fonte orçamentária. Nós tínhamos o Orçamento, portanto, oferecemos a fonte orçamentária e nesse sentido foi possível construir o percentual de 9,32%.

Há uma reivindicação por parte das entidades que têm o termo de colaboração conosco que se faça o reajuste desses valores de 2014 também, porque, quanto aos de 2013, nós fizemos a discussão de custo e repassamos o reajuste e só agora em 2016 nós fizemos o cálculo desse valor, que, na verdade, foi o IPCA. Nós fizemos um cálculo de IPCA, salvo engano, de abril de 2015 a maio de 2016. Foi possível, então, a partir de setembro oferecermos esse valor.

Com certeza, esse valor, considerando as despesas que são postas para execução, é estratégico, é fundamental, mas seguramente há a necessidade ainda de nós voltarmos a fazer a discussão do custo desses serviços. Essas entidades precisam ter um quadro qualificado de pessoal condizente com o serviço. Elas têm despesa com o custeio, com a manutenção da própria entidade, com a alimentação, com o combustível e com uma série de outras despesas que estão postas que se tem que considerar se você avalia que elas prestam um serviço que é de responsabilidade do Estado. Há de se fazer essa discussão de forma muito clara, colocando na mesa inclusive as dificuldades de ordem fiscal do Governo do Distrito Federal. Isso não nos exime de fazer a discussão de quanto custa esse serviço e do que é possível oferecermos em termos de reajuste. A minha fala aqui é no sentido de contribuir com a discussão, de que elementos são importantes trazemos para o debate. Eu até brinquei com a Carla e a Daise antes de começar a reunião. Eu perguntei por que eu fui chamada aqui para a discussão de creches. Mas foi tão somente uma brincadeira, porque a responsabilidade de todos os órgãos do Distrito Federal é fazer valer o direito de cada cidadã e cada cidadão do Distrito Federal, iniciando pelas crianças.

Então, eu o parabenizo, Deputado. O senhor traz um assunto que com certeza é importante. A gente se coloca à disposição para contribuir tanto na construção quanto no diálogo. Desta forma vamos fazer com essas entidades tenham condições de ofertar o serviço essencial e valoroso que elas prestam à população do Distrito Federal.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sra. Marlene Azevedo.

Quando a Daise falou, ela trouxe aqui algumas transparências, mas não pode usá-las naquela hora porque teve um probleminha na transmissão. Antes de o Fábio e o Wilson falarem, eu vou pedir ao Valdemar, Diretor do CEPAS, que venha à tribuna para completar – a Daise falou muito bem – a fala da Daise com as transparências.

Portanto, eu estou abrindo aqui uma exceção. O Valdemar vai falar antes dos demais. Todos estão de acordo? (Pausa.)

SR. VALDEMAR MARTINS DA SILVA – Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante que teve a feliz iniciativa de promover este encontro. Por suas palavras iniciais não vai me custar muito convencê-lo diante da demonstração de sensibilidade com a causa que nós labutamos e que o senhor demonstrou conhecer muito bem. Na pessoa de V.Exa. eu cumprimento os demais componentes da Mesa. Eu agradeço a presença de todos os colaboradores, de todas as instituições que aqui estão presentes, porque sem vocês nós não teríamos o sucesso desta audiência. Eu tenho certeza de que sairemos daqui satisfeitos.

Agradeço a iniciativa do Deputado. Eu tive a oportunidade de dizer outro dia em um encontro que é muito difícil encontrar alguém para fazer trabalho voluntário junto conosco. Mas o senhor está fazendo um trabalho voluntário. Está usando da ciência da política. Porque a ciência política é a ciência de fazer o bem coletivo. Então, o senhor como Deputado, com uma canetada, faz o bem a todos que estão aqui. (Palmas.)

Eu trouxe os dados aqui, mas muitos deles já foram apresentados nesta Casa no outro auditório, ano passado, em outra audiência pública. O senhor vai ver que nós estamos no mesmo lugar. (Palmas.)

O nosso pleito de reajuste dos valores de referência repassados continua. Lá atrás era esse o pedido. Hoje nós estamos aqui novamente.

A quem nós entregamos? Naquelas datas, na Secretária de Educação. Desde 2014, nós estamos nessa luta. Por último, nós entregamos agora no dia 18 de agosto de 2016. Ao Governador, nós começamos em maio de 2015 e terminamos agora no dia 9. Então o governo sabe dos nossos problemas.

A justificativa do pleito – olha a idade. Assinatura de aditivo para 2015, sob promessa firme de repactuação, com reajuste no início daquele ano. Ainda não foi efetivado. Nós temos que acreditar nas autoridades públicas. Foi-nos dito que iam fazer: pode assinar o aditivo. Nós assinamos.

Novas funções exigidas pela secretaria em cada unidade, sem contrapartida de receita equivalente. Por exemplo, secretária, nutricionista. Ora, se não tem dinheiro, Deputado, tem que haver racionalidade.

Nós temos dois CEPIs – Centros de Educação da Primeira Infância – no Lago Norte, um de frente para o outro. Precisa de duas nutricionistas? Uma em cada um?

Ou uma pode fazer orientação para as duas unidades? Façamos uma racionalidade de custo, que talvez sobre para o atendimento.

Funções facultativas, porém, com necessidade de contratação. Olha só, pega a norma da secretaria. Eu não tenho que contratar vigilante pela norma, mas posso assumir um Cepi novinho e deixá-lo aberto sem o vigilante? Com vigilante, já levamos dois tiros no vidro, e quebrou.

Insuficiência de recurso para aquisição de materiais pedagógicos. Não tem. A *per capita* não dá para pagar o recurso humano, então a gente tem que sair para outras alternativas, na busca de recursos para material pedagógico.

Subvenção do fornecimento de pão, leite e água suspenso. Isso passou a aumentar o nosso custo e a onerar a pequena *per capita*.

Valor máximo de R$1.000,00 (mil reais) de combustível por entidade, independente das unidades administradas, e ausência de recursos para reparo do veículo. Você me dá o dinheiro para comprar gasolina, mas se o carro estragar, eu não posso pagar. Posso ter dez unidades, mas eu só tenho 1 mil.

Margem prudencial de segurança de 49% para gasto com pessoal, ultrapassado em 36%, sem contar o reajuste salarial deste ano. O governo tem que cumprir a margem prudencial, não pode gastar mais de 49% com funcionário. Você me passa recurso público, eu tenho que cumprir a mesma linha. Esse cálculo que eu tenho é de 2015. Se colocarmos o reajuste solicitado agora pelo sindicato, vai para 94% o que vamos gastar do convênio com recurso humano.

Represamento de convenções coletivas. A Daise já fez uma apresentação disso aqui, eu apenas vou ampliar: 16% estão represados, 7,5% de 2014 para 2015, 8,5% de 2015 para 2016. Agora vamos colocar 9,83%, segundo estamos sabendo. É o que o sindicato da categoria está pedindo no dissídio ajuizado, além da hora mínima de R$12,00 (doze reais). Essa hora mínima, conforme disse o presidente do sindicato, tem entidade que paga R$7,60 (sete reais e sessenta centavos). Se elevar para R$12,00 (doze reais), dá 63% de aumento. Se der na cabeça do juiz que ele pode fazer, condenar as instituições a pagar isso aí, o que vai acontecer, Deputado?

A minha renda é o repasse do governo, eu não tenho. Tenho que demitir os funcionários todos. Olha o perigo em que nós estamos. Estamos com o dissídio na mesa do desembargador. Ele resolve conceder o que o sindicato está pedindo, e aí manda eu pagar. Eu não tenho como pagar porque a Secretaria de Educação não sinalizou qual o valor do reajuste para nós. Eu até falei com o presidente do sindicato: parece que nós lutamos pela mesma coisa. Ele defende o empregado, eu defendo a empresa. Nós dois defendemos a mesma coisa.

Eu até queria ter dito aqui no início. Primeiramente, não é Fora Temer. Primeiramente, são as crianças das creches que estão sendo atendidas. Essa é a primeira coisa que nós temos que ver. (Palmas.) Primeiramente é a criança. Primeiramente não é processo, primeiramente não é artigo de lei, primeiramente não

é mais uma resolução. É mais uma atitude para atender a criança. Deixa o Temer lá, e vamos cuidar das crianças. (Palmas.)

O orçamento é engessado. O senhor disse, no início, que a merendeira não pode comer a comida que faz. Olhe o que saiu agora na Lei nº 1.319, Deputado. Eu sou responsável exclusivo pelo gerenciamento do recurso financeiro. Se eu quiser mudar, de comprar arroz para comprar feijão, eu tenho que pedir ao ordenador de despesa, lá em cima. Que autonomia estou tendo para gerenciar esse recurso? Nenhuma. E aí, também sou responsável pelo cumprimento da meta.

Ora, você diz que eu sou responsável pelo gerenciamento do recurso, diz que eu sou responsável pelo cumprimento da meta, mas não posso trocar arroz por feijão dentro da instituição? Eu não tenho autonomia nenhuma. Isso asfixia qualquer administrador, isso mata a gente. Nós fazemos, às vezes, os pedidos dos remanejamentos e conhecemos a velocidade do serviço público. Não chega na hora. Quando chega, já não dá mais para comprar o leite. O leite já azedou.

Exigência de um profissional para cada convênio. Aquilo que eu estava dizendo da incomunicabilidade dos convênios. Nós poderíamos aproveitar um funcionário de um convênio no outro. Se a falta do recurso é tão grande, para que isso? Como é o nome do pessoal que faz o controle lá? JL: "Para efeito de controle, você tem que me seguir". Quanto mais controle se faz, parece que mais corrupto se reproduz. Eu não ganho prêmio por não ser corrupto, mas o corrupto ganha uma lei em homenagem a ele, porque ele fez a corrupção. Não facilitam para os que fazem o serviço bem feito, mas aquele que faz mal feito atrapalha o outro na hora de fazer a gestão. (Palmas.)

O critério do cálculo que eu utilizei – essa lâmina é a mesma que eu apresentei no ano passado – é o valor de um convênio que existia no ano passado. Nós temos essas rubricas de recursos humanos, materiais de consumo e o preço do serviço. Isso é para mostrar como nós chegamos ao cálculo que pedimos à Secretaria de Educação. O expediente está no final, e nós o deixaremos aí para não tomar tempo, apesar de que os que me antecederam disseram que eu posso usar o tempo deles.

Valores atuais propostos. A primeira proposta que fizemos foi esta: de 0 a 3 anos, R$ 1.473,00 (um mil, quatrocentos e setenta e três reais); de 4 a 5 anos, R$ 1.263,00 (um mil, duzentos e sessenta e três reais). Nós fizemos essa proposta, mas nada disso foi atendido até agora, sob a alegação da sobeja falta de recurso. Surge no cenário recurso para custeio de uma tal Bolsa Educação Infantil. Não tem dinheiro para dar reajuste, mas tem dinheiro para dar a bolsa, que é uma fábrica de vulnerabilidade, e vou mostrar aos senhores. (Palmas.)

Já foi dito que nós fazemos atendimento integral por R$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais). Engloba comida, uniforme, tudo: é integral. A bolsa parcial, os pais e os responsáveis não têm como deixar as crianças quando estão fora da escola. Onde vai ficar o menino? A Secretaria de Educação vai cumprir a meta dela do Plano

Nacional de Educação. Viu, Deputado? Essa bolsa talvez permita à Secretaria de Educação cumprir a meta dela, de 4 a 5 anos na escola. Só que eles esqueceram que daqui um ano ou dois, vão estourar a meta da Marlene em outro serviço de convivência, porque somente ela pode pegar os meninos. Senão, você vai colocar os meninos na rua, e depois? Eles vão para onde? Para a medida socioeducativa. O presidente está reclamando que não tem para onde mandar. Se não dermos educação hoje, vamos encher as medidas socioeducativas.

Na bolsa está incluído apenas o uniforme, e nós fazemos tudo. Dela estão excluídos o material pedagógico, a refeição, as despesas contidas na atual *per capita* para as conveniadas.

Diante do advento da bolsa, o Cepas apresentou no dia 18 de agosto a seguinte proposta alternativa, sem aumento de despesa para o GDF. É mera questão de gestão, está aqui: de 0 a 3 anos, R$ 1.136,00 (um mil, cento e trinta e seis reais). São os R$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais) que já pagam, mais os R$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais) da bolsa, que ainda vamos fazer integral. De 4 a 5 anos, R$ 1.044,00 (um mil e quarenta e quatro reais), que são os R$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais) que já pagam, mais os R$ 400,00 (quatrocentos reais) da bolsa. Esse dinheiro já existe. O Estado está gastando esse dinheiro. Não é recurso novo!

Se atendida a proposta, as instituições se comprometem a colaborar com a redução da fila de espera de criança de 4 a 5 anos; responsabilizar pela seleção socioeconômica para a obtenção de vaga por assistente social a ser incluída no plano de trabalho; assumir todos os CEPIs construídos e a construir. Esse é o nosso compromisso. Se inviável, se de tudo inviável, admitir que as instituições recebam essa bolsa de meio período mediante fornecimento do lanche. Faço essa leitura coletiva, pois individualmente eu não participo da proposta porque eu não quero pegar criança e passar para a Marlene depois.

Eu quero terminar com o poema da Gabriela Mistral: "Somos culpados de muitos erros e muitas falhas, mas o nosso pior crime é abandonar as crianças, desprezando a fonte da vida. Muitas das coisas que precisamos podem esperar. A criança não pode. É exatamente agora que seus ossos estão se formando, o seu sangue é produzido e seus sentidos estão se desenvolvendo. Para ela, não podemos responder amanhã. Seu nome é hoje". Gabriela Mistral.

Obrigado. (Palmas.)

Mas acrescento, Secretário e Presidente, que nós estivemos com a Secretária Leany. Fiquei com pena dela, porque nos disse que todo dia de manhã tem que deixar mais ou menos uns dez santos pelados. Tira a roupa de um e cobre o outro. Então, vou pedir ao senhor e aos nossos demais Parlamentares que ajudem a Secretária Leany. Mandem emenda, seja uma emenda de contingência, seja uma emenda determinada, se não tiver dinheiro no Orçamento, mas nós não podemos sair daqui sem uma resposta para atender os nossos colaboradores! Se sair um

aumento lá na Justiça sem a Secretaria se manifestar, nós não temos como continuar no próximo ano.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou passar a palavra agora ao Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Fábio Pereira de Sousa, e, por último, ao Wilson. É de propósito, Wilson. Deixei você por último porque é quem cuida da Fazenda. Portanto, está todo mundo apresentando a despesa e depois nós vamos ouvir de você a disposição de pagar.

SR. FÁBIO PEREIRA DE SOUSA – Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar aqui o Deputado Chico Vigilante e agradecer pelo convite. Cumprimento também todos os membros da Mesa, os colegas gestores, administradores dos nossos convênios, nossos parceiros e, principalmente, os professores. Eu também sou professor antes de ser gestor e sei da importância do nosso papel na sociedade, principalmente na educação infantil.

Vários colegas já discorreram sobre esse assunto. Educação infantil é algo muito recente na educação. Foi somente a partir de 2011 que a Secretaria de Estado de Educação passou a oferecer a educação infantil, que compreende o atendimento a crianças de 0 a 5 anos nesse formato, nesse modelo.

No histórico da educação, houve uma preocupação inicial com o ensino fundamental. Depois em universalizar o ensino médio. Alguns estados até hoje não conseguiram universalizar nem o ensino médio. Só em 2011 houve a preocupação com a educação infantil, que ocorre em uma das fases mais importantes da nossa vida. Quando somos bem preparados na educação infantil, quando fazemos uma boa preparação na educação infantil, nós temos resultados melhores na vida. É nesse momento que recebemos todo amor, todo carinho e conseguimos lidar com o outro, com as diferenças, aprendemos a socializar. Esse é o trabalho que tem sido feito.

Como subsecretário, tenho visitado várias instituições. Ontem mesmo estive lá na Tia Angelina, no Varjão. Já fui a várias. Conheço o trabalho de excelência que é feito em cada uma. Então, a gente sabe da qualidade dos trabalhos. Hoje eu falo aqui bem claro para a Secretaria de Educação que nós não conseguimos sobreviver mais sem essa parceria. Então, vamos trabalhar em conjunto. Vamos arrumar uma solução para esse problema que é posto.

Eu peço desculpa pela ausência do prof. Júlio, nosso Secretário de Estado de Educação, que está fora, numa viajem a trabalho. Ele está apresentando uma proposta nova para o Ensino Médio, para a gente rever novas políticas para o Ensino Médio, mas ele me incumbiu de vir aqui para conversarmos um pouco sobre este tema.

Primeiramente, eu fiquei muito feliz de poder vir aqui hoje e escutar todo mundo dizendo que é a favor dessa parceria, porque eu levei muita – desculpe a

palavra – porrada quando eu defendi essa parceria no nosso Plano Distrital de Educação.

No Plano Distrital de Educação, foi uma luta para se manter essa parceria. Confundiram muito com OS. Então, ver hoje os Deputados, o sindicato, a OAB se colocando aqui a favor dessa parceria, diferenciando-a de OS, com a qual muitas pessoas confundem, como a Marlene muito bem colocou, é muito gratificante. Eu já saio daqui muito feliz, porque essa parceria é fundamental para gente. Essa parceria com essas entidades, que não são OS, como a Marlene falou, são entidades do terceiro setor, que estão fazendo um trabalho fenomenal, para gente foi a solução encontrada, principalmente para administrar os nossos CEPIs.

Eu quero aqui cumprimentar a Prof. Reuza, que foi uma das colaboras do governo, que construiu grande parte desses CEPIs. Sem ela, com certeza, não teríamos esse número de creches que nós temos hoje.

Nós temos outros estados que estão com essas creches fechadas porque os estados não têm condições de administrá-las. No Distrito Federal, nós enfrentamos a tudo e a todos para fazermos essa parceria, e conseguimos. Hoje, somos modelo. Estamos recebendo outros estados para acompanhar e ver o trabalho dos CEPIs. É diferente de Os por quê? Por que fazemos uma integração muito grande com as nossas escolas públicas. Primeiro, essa parceria é regulamentada. Ela segue orientação pedagógica da Secretaria de Educação. Todos os documentos normativos, calendários escolares são da Secretaria de Educação. Há um acompanhamento muito próximo da Secretaria de Educação. Mais recentemente, estreitamos mais os laços. Estive visitando vários circuitos de ciências, onde essas instituições estiveram também presentes, apresentando seus trabalhos. Então, é muito diferente de uma OS.

Falando a respeito da bolsa, que muito foi comentada aqui. Bom, primeiro, a bolsa não existe ainda, porque ainda não foi regulamentada. Não foi regulamentada por quê? Por que não tem recursos também. Então, a bolsa para 4 e 5 anos, de que muito se falou, não foi regulamentada. Não existe essa bolsa porque ainda não foi regulamentada pelo governo. Não foi regulamentada porque não tem recurso.

Com relação aos repasses da creche, hoje a gente está em dia com esses repasses. Nós buscamos um diálogo muito aberto com o CEPAS. Estão em dia esses repasses. Fizemos esses repasses no mês passado, fechando o quadrimestre até o mês de agosto. Estamos agora com a programação para já pagarmos o mês de setembro até o dia 20, 25, e assim sucessivamente. Nos próximos meses, a gente não terá mais problemas de atraso. Para isso, foi feita uma reunião última com o CEPAS nesse sentido.

O Secretário de Educação tem recebido o CEPAS com essa proposta de aumento. Isso não é recente. Temos um histórico dentro da Secretaria de Educação. Já tivemos um grupo de trabalho, por isso, quando se fala em grupo de trabalho, eu fico até arrepiado, porque está aqui: o processo já está até velho de tanto que andou

dentro da Secretaria de Educação. O processo vai e volta e isso não se define. Isso é algo que precisamos realmente colocar em prática e resolver de uma vez por todas.

Na última reunião, decidiu-se que seria feita uma reunião com o Governador. Essa reunião foi agendada com o Governador junto com o Secretário de Educação. Nela, houve o compromisso de se buscarem recursos. O Governador explicou toda a dificuldade financeira que o DF está passando, mas houve o compromisso de se buscar recurso, e o grupo, junto com o Secretário, foi encaminhado para uma nova reunião que aconteceu ontem com a Secretária de Planejamento, Sra. Leany, que mostrou todas as dificuldades que o Sr. Waldemar também mencionou aqui, a dificuldade de descobrir um santo para cobrir o outro.

Ontem, após a reunião, o Secretário de Educação me chamou na sala dele, colocou o processo e falou: "Fábio, vamos dar encaminhamento, fazer a portaria, ver o impacto desse reajuste. Vamos elaborar quanto é esse reajuste, para encaminhar para a Secretaria de Planejamento, que já se comprometeu a buscar recursos para isso." Então, nós estamos, neste momento, na Secretaria, elaborando a portaria de reajuste, fazendo a discussão sobre o impacto, que foi muito bem mostrado aqui pela Sra. Daise. O impacto realmente é esse, de cerca de 4 a 5 milhões para a gente fechar para este ano, dependendo do reajuste, e de 12 a 15 milhões para o próximo ano, 2017.

Claro, ainda existem entraves para isso, porque, diferentemente da SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a gente não tem do orçamento. Então, essa é a nossa dificuldade. A gente não tem de onde, nem de superávit, nem de outras fontes, cancelando a da Secretaria de Educação. A gente recebe, mensalmente, cerca de 23 milhões do Salário-Educação. Desses, só 10 milhões, que dizer, quase a metade, já vão para o convênio de creches que nós temos, esse convênio que atende cerca de 16 mil crianças. Sobram 13 mil para a gente trabalhar com transporte escolar, pagamento de serviços terceirizados, limpeza, merenda e segurança. Então, o recurso realmente não dá. Tem mês que a gente, realmente, passa uma dificuldade muito grande. E hoje a garantia que a gente tem de pagamento é justamente por estar no Salário-Educação, que, pelo menos, é um salário que vem mensalmente do Governo Federal e que a gente não pode perder de jeito nenhum.

Então, o nosso compromisso é concluirmos essa portaria o mais rapidamente possível para levarmos o impacto para a Secretária de Planejamento, de quanto é esse real impacto – estamos estimando, como eu disse, em cerca de 4 a 5 milhões –, e ela viabilizar ainda para este ano, mas também já fazermos a portaria para o ano seguinte, para tentarmos colocar, no nosso orçamento na LOA do ano de 2017, essa previsão do reajuste.

Então, o processo foi todo montado e, como eu disse, já passou por várias instâncias da Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação reconhece a

necessidade desse reajuste, reconhece que, realmente, não tem necessidade de se prestar um trabalho de qualidade. Por mais que esteja sendo feito isso, a gente tem que deixar registrado que a qualidade do trabalho não caiu, a qualidade permanece. Existe um esforço constante de todos os profissionais envolvidos na gestão do CEPI – Centro de Educação da Primeira Infância e envolvidos diretamente com o aluno, com a criança na sala de aula para não deixar cair essa qualidade. Isso é muito bom frisar, e a gente agradece.

A Secretaria reconhece a importância, sim, desse reajuste. Sem esse reajuste, a gente não consegue manter as exigências, que são legais, não são burocráticas, são exigências legais para o bem-estar de uma criança. Existem leis, e nós devemos cumpri-las, senão depois o ordenador, o Secretário de Estado é quem vai pagar por isso. E nós temos secretários anteriores pagando por isso, sendo responsabilizados por não cumprirem a legislação vigente. Mas, para cumprir isso tudo, a gente precisa do reajuste? Então, vamos buscar fonte para isso.

O Professor Júlio está empenhado nesses dias. Hoje já me ligou mesmo, preocupado antes de eu vir para a audiência: "Olha, vamos finalizar a portaria para levarmos o impacto financeiro para a Secretaria de Planejamento, que se comprometeu em buscar essa fonte ainda para este trimestre e fazer o levantamento para o ano que vem, para colocarmos o reajuste".

No mais, acho que temos que deixar bem claro que todos nós temos um objetivo. O objetivo único é esse atendimento à criança.

Hoje, no DF, nós temos ainda uma fila de 21 mil crianças aguardando vagas em uma creche. A gente precisa ampliar esse conveniamento. Nós temos novos Cepis a serem entregues. Então, precisamos desse conveniamento.

Foi dito bem claramente aqui: se não houver esse reajuste, não há condições de se manter esse atendimento e essa oferta. E é isso que nós vamos buscar para garantir essa ampliação nesse atendimento e atender ainda essa demanda reprimida, que não é de agora, é uma demanda reprimida histórica. Até o ano de 2010, nós tínhamos cerca de 48 mil crianças nessa faixa etária fora da escola; em 2013, diminuímos para 32 mil e agora chegamos a 21 mil. Mas ainda precisamos avançar muito para garantirmos 100% do atendimento, principalmente a essa faixa etária de 4 a 5 anos, e diminuir em 50%, no mínimo, que é o nosso compromisso, em dez anos, essa faixa etária de 0 a 3 anos.

Só para encerrar, existem, realmente, Sr. Valdemar, algumas questões que a gente está discutindo que são de conhecimento do senhor. Já avançamos muito, porque pegamos um primeiro momento quando era glosada a ausência da criança na escola por responsabilidade da secretaria. Avançamos nesse ponto. Avançamos, ano passado, quando o Secretário autorizou esse remanejamento somente via ofício e não através de um novo plano de trabalho, o que está na legislação. E agora, quando se coloca – parece muito simples – que é para remanejar feijão e arroz, pode, pode, sim. Existem os remanejamentos legais que podem ser feitos, mas

dentro da legalidade. Acho que todo mundo quer isso: atendimento com qualidade dentro da legalidade. E é isso que nós estamos buscando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Fábio. (Palmas.)

Vamos ouvir agora o Sr. Wilson José de Paula, que é Secretário Adjunto da Fazenda. Conheço o Wilson há muito tempo. Ele é servidor de carreira da Secretaria da Fazenda. Sei do compromisso que ele tem com essa cidade, especialmente no que tange a fazer com que a secretaria possa arrecadar mais. Tenho certeza de que ele vai assumir o compromisso aqui de ver todos os centavos lá da Secretaria da Fazenda, para dar tranquilidade para vocês poderem efetivamente cuidar dessas crianças que precisam tanto.

Concedo a palavra ao Sr. Wilson José de Paula.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Fizemos grandes trabalhos juntos na busca de receita. Atualmente temos até colhido alguns frutos de trabalho que nós fizemos em anos anteriores.

Cumprimento o Deputado Chico Vigilante, cumprimento os demais componentes aqui da Mesa, cumprimento todos vocês.

Eu tive várias participações em audiências aqui na Câmara Legislativa. Aproveito até para pedir desculpas pelo atraso. Nós, do ponto de vista pessoal e técnico, sempre temos o maior prazer de estar aqui fazendo debate. Estive aqui discutindo o passe livre, os contadores, os conveniados do BRB. Foram vários assuntos. É sempre um desafio.

Hoje foi bastante especial. Eu também tive esse questionamento. Obviamente, lá no íntimo, a gente sabe o motivo pelo qual a gente deve estar presente, mas a gente diz: "Poxa, vou lá discutir creches?" Você fica... Mas a gente sabe exatamente a dificuldade. Fiquei bastante sensibilizado com as palavras do Fábio. A gente se sente participante disso. A gente nasceu nesta cidade. Eu, pessoalmente, vim de situação bastante vulnerável e hoje estou nessa situação, mas sei exatamente do que vocês estão falando.

Não vou ficar repetindo. A Leany já comentou, e a gente está sempre comentando. Acho que todo mundo sabe que a situação é muito difícil, mais difícil do que parece ser. Para a gente que está nesse momento nessa função, também está muito difícil. Quando se colocam algumas questões do ponto de vista jurídico e por que a JL faz isso, por que a JL... para a gente que é gestor, é muito importante. Hoje nós não temos nenhum gestor que não esteja com o seu CPF, de alguma forma, sob olhares. Então, qualquer ato, qualquer... Nós temos o Ministério Público, temos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, temos a própria Câmara Legislativa do Distrito Federal, que também é um órgão fiscalizador, como deve ser. E a gente então procura agir sempre dessa forma, que acaba sendo um pouco mais burocrática.

Então, não vou ficar falando da situação. Já sabemos qual é a situação e, então, temos que ser criativos. Não vamos falar de falta de recursos. Vamos falar da forma de utilizá-los, como já foi dito em outras falas aqui. Eu cheguei um pouco atrasado, mas, à Mesa, eu cheguei mais atrasado do que eu realmente havia chegado. Eu consegui ouvir algumas pessoas aqui fazendo uso da palavra.

É extremamente oportuna essa reunião, particularmente nessa semana. Não vou ficar falando muito tecnicamente, mas nós temos uma questão legal, que é um orçamento, que é um orçamento público, que é uma lei, aprovada nesta Casa e encaminhada pelo Poder Executivo, cuja minuta provavelmente deve estar chegando hoje. A proposta deve estar chegando hoje. E por que a oportunidade disso? Por que é no orçamento que se faz o planejamento do gasto. Então, é o momento de se avaliarem os custos. Por que não tem orçamento agora? Por que está faltando orçamento? E, nós, gestores, não podemos fazer nada se não tem orçamento. Por que não tem orçamento? Porque, no ano passado, não foi feito um trabalho dessa forma, dessa ordem. Então, se são 15 milhões a mais para o ano que vem, esses 15 milhões têm que entrar na lei agora. Não adianta nós virmos aqui em janeiro, em fevereiro e março e maio, quando o orçamento já estiver prejudicado, e fazer essas observações. Então, é oportuno. Os programas de trabalho no orçamento já estão bem definidos e são: o 1236562123884379 e o 4380. São os dois programas orçamentários que fazem frente a essa despesa. Então, é o momento de a gente trabalhar esses valores com o valor real.

Outro pedido de desculpas que quero fazer é que, durante as falas, eu acabei mexendo... Não costumo fazer isso, mas fiz aqui algumas consultas para poder falar com vocês. É uma decisão de um colegiado, hoje. A governança é que faz este trabalho – planejamento, procuradoria, casa civil e fazenda. Então, toda essa decisão é tomada lá. Estamos aguardando o levantamento dos valores. Não sei dizer o percentual, mas o que posso dizer para vocês é que, depois dessa consulta que fiz, para não ficar sozinho e fazer uma afirmativa que talvez, pessoalmente, não possa cumprir, o reajuste de setembro, para este ano – não vou saber dizer o percentual –, já foi autorizado. Vamos aguardar o valor, para podermos fazer o trabalho.

Fui agraciado com a informação. Eu estava aqui já bastante preocupado com o que iria falar, mas felizmente recebi uma mensagem e vamos aguardar esse documento. Parece-me que existem alguns valores ainda de outros períodos, aquele 7, aquele 8. Não posso falar nada sobre isso, porque também confesso que não conheço a fundo a questão. Mas vamos resolver essa questão.

Vamos continuar trabalhando com relação ao Orçamento. A Câmara Legislativa tem ajudado com relação às emendas, e ainda há disponibilidade para isso. Eu gostaria de pedir aqui, na pessoa do Deputado, que, se for necessário usar, ele nos ajude a conquistar esses valores, para fecharmos este ano com um pouquinho mais de alegria e disposição para o ano que vem.

Obrigado, Deputado. Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Wilson. Por isso que deixei você falar por último. Eu sabia que você estava fazendo as consultas e traria uma boa notícia.

Nós temos quatro pessoas do plenário inscritas e depois devolveremos a fala à Mesa novamente, para as considerações finais. Mas, Wilson, já quero anunciar que, a exemplo do que o governo fez no ano passado, solicitando nossas emendas que não foram executadas, para fechar o Orçamento... Portanto, nesse caso, você já saia daqui com a tranquilidade de que as minhas emendas, cerca de 12 milhões de reais, deste ano, eu devolvi para a reserva de contingência. Fica fácil, portanto, vocês fazerem o remanejamento, arrumarem o dinheiro e pagarem. Orçamento já tem, pois eu já coloquei.

Eu queria lhe fazer um pedido. E, aí, Fábio, vocês têm a obrigação de, junto com a Leany, estimar o mais rápido possível, para que o Wilson possa colocar na proposta orçamentária do governo, que vem para esta Casa agora, o valor do próximo ano.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Só uma palavrinha, Deputado. Desculpe-me interrompê-lo. Provavelmente, ela deve estar chegando, mas teremos, na semana que vem, uma semana de ajustes. Eu só chamo a atenção de todos, conclamando aqui um orçamento realmente participativo. Que se identifiquem quais são os programas de trabalho do Orçamento e que se fale "são esses e se esse valor vai me atender no ano que vem ou não". Acho que isso é fundamental para a democracia e a cidadania.

A última coisa que o Deputado Wasny de Roure abordou, é relativa à questão tributária do conselho. A audiência já foi marcada lá na Secretaria de Fazenda – se não me falha a memória, para amanhã, às 18h, ou segunda-feira, também às 18h –, para discutirmos a questão tributária dos conselhos. Era hoje, mas foi alterada para não sei que dia. Enfim, já estamos encaminhando o pedido. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ótimo.

Vamos ouvir agora a Sra. Karla Valadares, Diretora do Cepas.

SRA. KARLA VALADARES DE CASTRO – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante. Fica até difícil falar, depois disso tudo. Mas algumas verdades ainda precisam ser ditas aqui. Primeiramente, quero lamentar a ausência dos outros Deputados que nos representam aqui, que estão cientes desta audiência, sabem da gravidade do problema e não estão presentes. Eu precisava falar isso, Deputado. Desculpe-me. E que eles me ouçam!

Também não posso deixar de mencionar outra coisa. O instituto Nair Valadares é um caso atípico. Há cinco anos, estive aqui e falei a mesma coisa: somos a única creche no Riacho Fundo II. Deputado, somos a única creche no Riacho

Fundo II. Atendemos 193 crianças. Tenho espaço para atender quinhentas. Por que não atendemos? Porque não dou conta de virar para funcionário e dizer: não tenho dinheiro para pagar o seu salário. Porque a secretária, ao contrário do que o Fábio falou, passa o dinheiro de agosto devendo julho e agosto. Isso, para mim, é passar atrasado. Isso, para mim, não é passar em dia. Eu banco, do recurso próprio de bazar, almoço e tudo mais. O salário dos funcionários de julho, espero receber em agosto. Então, verdades têm que ser ditas aqui.

Outra coisa é que o aumento que o CEPAS – Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social pediu pode parecer humilde. Ele não é humilde. Ele é dentro da realidade em que o país está, em que o Distrito Federal está. O Rodrigo, do SINPROEP – Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal sabe da realidade. Diante desta audiência de hoje, Rodrigo, espero que esse dissídio seja retirado. Sente-se à mesa conosco e venha negociar, porque eu tenho vergonha. Quero falar aqui isso e tenho certeza de que estou falando em nome de todos os dirigentes. Eu tenho vergonha do salário que pago. Eu gostaria muito de pagar melhor. Meus funcionários sabem disso, porque esse trabalho é feito com excelência, graças a eles e à nossa administração. Eles mereciam ser mais bem remunerados. Mas a gente tem que trabalhar com a realidade. Quero agradecer essa boa notícia. Esperança, a gente tem, Deputado. Espero que o senhor e os demais Deputados, que sei que estão nos ouvindo agora, tenham a mesma hombridade e coragem de puxar para si essa responsabilidade, porque a responsabilidade pelas crianças não está só no governo, no Conselho da Criança e do Adolescente. A responsabilidade é de todos nós. Nós todos temos que puxar essa responsabilidade para nós.

Muito obrigada, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Karla.

Karla, qualquer dia vou visitá-la.

Vamos ouvir agora o Ciro Silvano, diretor do Cepas.

SR. CIRO HELENO SILVANO – Saúdo o Deputado Chico Vigilante e, em nome dele, os demais componentes da Mesa, dirigentes presentes, nossos colaboradores de todos os níveis da creche. Queremos dizer, Deputado e Secretário Wilson, que a previsão orçamentária não foi feita por cochilo do governo. Na cláusula 13 do convênio assinado em 2014 com as instituições, a Secretaria de Educação fez constar que o reajuste seria pelo INPC. Isso constou como cláusula do nosso convênio. Então, por que não se fez a previsão orçamentária? Cochilo? Na última reunião pública que esta Casa fez, Deputado – o Secretário Fábio estava presente –, na outra semana, o Secretário Júlio assinou a Portaria nº 188 e designou uma comissão, Deputado Chico Vigilante, para estudar o reajuste de *per capita*. Nós, por escrito – o Cepas, em nome das entidades –, elaboramos um requerimento que fizesse parte daquela comissão. Não foi atendido. A comissão foi composta única e

exclusivamente, Deputado, pelos servidores valorosos da Secretaria de Educação. Até hoje, não tivemos resposta sobre a qual conclusão aquela comissão chegou.

Este governo assumiu no dia 1º de janeiro, como sabemos, do ano passado. Sabe qual a decisão que esse governo tomou, Deputado Chico Vigilante? Essas entidades todas sabem. Nenhuma entidade que tivesse utilidade pública pagava um centavo de CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. Tivemos, daí para frente, que pagar essa despesa. No nosso plano de trabalho, na nossa previsão orçamentária, Secretário Wilson, não estava previsto esse pagamento porque, até então, historicamente, o GDF arcava com esse custo. Nunca mais esse governo pagou um centavo da conta da Caesb dessas instituições.

Queremos dizer, Deputado Chico Vigilante, Presidente desta comissão, que ele nos retirou o pão. Todas as entidades, todas as crianças recebiam seu pãozinho de manhã – e até sobrava para o lanche da tarde. O leite está aquele vai e volta: entregam numa semana, passam cinco sem entregar e assim vai.

Houve outra inauguração que esse governo fez. A instituição que eu presido, a Casa do Caminho, tem 27 anos, mas nós temos instituições como a da Patrícia e a do Valdemar que têm 51 anos. Nunca, Deputado, nunca uma instituição foi parar nas barras dos tribunais num dissídio coletivo. Nunca! Foi a primeira vez que as entidades foram para uma audiência no TRT – Tribunal Regional de Trabalho num dissídio coletivo. Foi o primeiro ano em que as entidades se apresentaram em audiência perante do Ministério Público do Trabalho. Pense a que situação nós os dirigentes, Presidentes não remunerados, tivemos de nos submeter.

Dizia aqui ao Deputado Wasny de Roure a respeito dos vigias. Semana passada, Secretário Fábio, a Casa do Caminho teve indeferido um requerimento assinado pela comissão nomeada para analisar o nosso pedido. A creche Casa do Caminho não tem vigia à noite. Está na QNJ 10. O Deputado Chico Vigilante conhece bem Taguatinga, conhece bem Ceilândia. Conhece cada esquina e sabe o perigo que é a QNJ 10. A creche não tem vigia à noite, mas a resposta da Secretaria de Educação, em ofício que chegou segunda-feira, foi o indeferimento. Não pagará vigia.

Por fim, nós queremos dizer, Deputado Chico Vigilante, que a Casa do Caminho, no chamamento público, recebeu cinco creches na Samambaia. Antes de terminar a construção de uma, nós dissemos: não é preciso entregá-las; com esse dinheiro, não dá para mantê-las.

No ano passado, Deputado Presidente da comissão, a Casa do Caminho deu de presente de Natal a demissão de 86 empregados e o fechamento de mais duas creches na Samambaia. Esse foi o presente de Natal que nós demos. Mesmo pagando esse salário miserável para professores, monitores, diretores e coordenadores, tivemos de fechar mais duas creches na Samambaia e demitimos empregados no Natal. Espero, colaboradores aqui presentes da Casa do Caminho, que não haja a necessidade de demiti-los este ano. Esperamos assim.

O aumento está estabelecido na Cláusula 13ª do convênio. Não há previsão orçamentária porque cochilou o governo, mas a esperança em Deus é que nos mantém em pé. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Eliceuda, Diretora do SINPRO – Sindicato dos Professores.

SRA. ELICEUDA FRANÇA – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa na presença da minha companheira Vilmara, porque hoje é o aniversário dela, e ela está aqui na tarefa de defender a educação infantil, a creche pública. (Palmas.)

Quero dizer como é importante, companheiro Chico, esse momento que tivemos aqui hoje, este debate, porque eu carrego comigo toda uma história de creche nessa cidade. Companheiro Chico, lá pelas bandas de Ceilândia, também caminhamos juntos. Eu sou diretora do Sinpro, mas fui daquelas cuja mãe abriu a casa depois de criar sete filhos e foi ser mãe crecheira. Ela se sentiu envolvida pela comunidade, pelas muitas mulheres que procuravam creche, lugar para ficarem suas crianças enquanto elas precisavam trabalhar. E nós fomos brigar por creches comunitárias.

Por isso, companheiros e companheiras, permitam-me chamá-los assim, nós precisamos, sim, fortalecer as entidades que, nesta cidade, cuidaram de muitas crianças que hoje são adultos e têm outras crianças como filhos e filhas. Nós precisamos que o governo, todos os governos, o Fora Temer e o Rollemberg, assumam a responsabilidade, continuem com as políticas de priorizar a educação infantil. Os CEPIs – Centros de Educação da Primeira Infância que estão aí hoje são uma realidade pela qual nós brigamos, porque nós lutamos historicamente para que as crianças saíssem da condição de assistencialismo, e essa pudesse ser uma política pública de educação. Então, nós precisamos que os governos assumam essa política. E aí a importância de uma Câmara Legislativa ter o compromisso – Deputados como você, companheiro Chico, permita-me – de vigiar e acompanhar orçamentos para que não desviem recursos da educação para outras obras como já fizeram em vários momentos.

Nós, o Sindicato dos Professores, entendemos, minhas companheiras e companheiros das entidades, que vocês têm um papel, as entidades – tem criança para todo mundo – têm um papel importante nesta cidade e devem merecer, com certeza, sim, uma reparação pelo valor das despesas pagas com as crianças. Se colocássemos isso numa mídia, numa grande propaganda, virarias até piada ou memes nas redes sociais.

Nós precisamos entender que não podemos ser coniventes com as OS. Mesmo dizendo o representante do governo aqui, o Fábio, que não temos OS, nós estamos sitiados pelas OS, e a OS está aqui batendo no coração. Recentemente esta Casa discutiu OS, e nós sabemos que a palavra é OS para a saúde, OS para

educação, e o foco da OS é a educação infantil. Então, nós temos que desconstruir essa questão e fortalecer a relação das entidades. Nós defendemos e vamos ficar insistentes e vigilantes.

Os Cepis devem ser dirigidos por uma gestão pública. Nós brigamos para ter aquele espaço público. Então, nós entendemos que as entidades têm o seu papel, elas têm espaço para desenvolver o trabalho, mas os Cepis devem ter uma gestão pública. Não vai ter para todo mundo essa condição. E aí nós queremos deixar bem claro que, para garantir a autonomia e o direito que as mulheres têm ao trabalho e à igualdade no mundo do trabalho e o direito às crianças, nós precisamos ter espaços públicos de qualidade.

Eu quero parabenizar o quanto nessa cidade nós temos espaços que acolhem as crianças e que educam as crianças e as transformam, com certeza, em jovens felizes aí. Se não tivermos esses espaços, nós vamos ter cada vez mais os meninos no mundo da criminalidade, e nós precisamos rebater isso. E como rebater isso? Só fortalecendo a política pública, prioritariamente a educação infantil com recurso público. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sra. Eliceuda.

Eu vou devolver a palavra agora à Mesa novamente. Mais uns vinte minutos, a gente termina. Eu gostaria que ninguém saísse, até porque eu conversei agora com o Deputado Agaciel Maia, que é o Relator do Orçamento. S.Exa. está descendo aqui para assumir um compromisso com a gente, porque eu preciso de parceiro nessa batalha comigo. Chegando aqui, ele vai falar, mas agora vou conceder dois minutos para cada um, para as considerações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Dr. Sergio Ferreira Tamanini.

SR. SERGIO FERREIRA TAMANINI – Aqui a gente pôde observar, de todo esse balanço, que o papel da sociedade é muito importante. São diversas entidades, diversos setores debatendo, e chegamos à feliz notícia de que o empenho gerou o resultado que tanto se esperava.

Então, eu termino a minha fala agradecendo a oportunidade e reiterando o compromisso da OAB-DF, especificamente da Comissão de Direito do Terceiro Setor. A sociedade civil como um todo pode contar com o nosso apoio, nós vamos estar sempre que formos convidados e chamados a integrar e participar dos debates que são interessantes, principalmente para o exercício da cidadania.

Agradeço ao Deputado Chico Vigilante, agradeço aos colegas que compõem a Mesa e a você que veio prestigiar e debater conosco esse tema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Tamanini.

Concedo a palavra ao diretor do sindicato dos professores de estabelecimentos particulares, Rodrigo Pereira de Paula.

SR. RODRIGO PEREIRA DE PAULA – Mais uma vez quero agradecer a iniciativa do Deputado Chico Vigilante e reafirmar algo. Alguém falou que o nosso sindicato é contra a posição da secretaria de bolsa no setor privado. Embora nós sejamos sindicato do setor privado, nós entendemos que a posição das bolsas é uma forma de precarizar a relação de educação, que é diferente desse modelo adotado aqui nas creches.

Também quero dizer aos colegas professores que o Sinproep continua na briga por melhores condições. Nós ingressamos com dissídio coletivo. O Sr. Valdemar disse muito bem: nós estamos do mesmo lado, mas ao mesmo tempo também não podemos aceitar a permanência de R$7,60 (sete reais e sessenta centavos) no valor da hora/aula. E o único instrumento que nós tivemos nesse momento foi o ingresso do dissídio coletivo para que o próprio governo também desperte para essa situação que está colocada. Inadmissível na Capital da República uma professora com nível superior ganhar R$1.180,00 (mil, cento e oitenta reais). Deputado Agaciel Maia – V.Exa. chegou agora –, R$1.180,00 (mil, cento e oitenta reais) é o salário de uma professora que trabalha naquilo que a gente tem de maior responsabilidade na sociedade, que são nossos filhos.

Você imagina a responsabilidade, Deputado Chico Vigilante, de uma professora com formação, que cuida no seu dia a dia de uma criança no início da sua vida. É uma responsabilidade muito grande, não só das instituições, mas também dos profissionais.

Então, no Sinproep, assim que nós assumimos – o Sr. Valdemar disse muito bem que há cinquenta anos não faziam isso –, nós fomos para litígio porque nós achamos uma vergonha uma professora ganhar R$7,60 (sete reais e sessenta centavos) na Capital da República. É uma vergonha e é uma desmoralização para o nosso sindicato.

Nós estamos do mesmo lado, mas nós vamos continuar brigando por melhores condições, por entender que há mais do que a questão social. Nós achamos que ela é superimportante, mas nós entendemos que também não podemos fazer caridade com a precarização e os baixos salários. Entendemos que, segundo a LDB, é responsabilidade do governo oferecer educação infantil, mas é responsabilidade também oferecê-la com qualidade, pagando decentemente para as instituições para que elas possam também remunerar os seus trabalhadores de forma decente. Então, esse é o nosso compromisso.

E nós temos aqui o compromisso assumido com o Cepas de continuar conversando. Se chegarmos ao meio termo, nós retiramos o dissídio, desde que consigamos apontar uma perspectiva para buscar a solução.

Muito obrigado. Mais uma vez parabenizo o Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Rodrigo. Eu vou ouvir mais duas pessoas, a Vilmara e a Daise, e depois eu vou passar a palavra ao Deputado Agaciel Maia, que desceu para vir nos prestigiar e assumir um compromisso conosco porque ele é muito importante, é o Relator do Orçamento nesta Casa.

SRA. VILMARA PEREIRA DO CARMO – Nós temos um desafio muito grande nessa perspectiva de garantir que a educação não é uma mercadoria, ela é um direito. Essa é uma luta, como a Eliceuda falou, contra as organizações sociais, contra a privatização da educação, contra a destruição do Estado brasileiro.

Quando eu falei aqui "Primeiramente, Fora Temer", eu quis dizer fora tudo aquilo que significa a política do Temer. Nós estamos hoje com uma PEC – Proposta de Emenda à Constituição sendo discutida na Câmara dos Deputados, a nº 241, que determina o congelamento por vinte anos dos investimentos do Estado brasileiro em nível de União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Vocês sabem o que significam vinte anos de congelamento? Isso aqui não estaria nem acontecendo, porque não teríamos de onde retirar recursos e reajustes para os nossos salários, como foi muito bem apresentado pelos gestores das entidades. Então, é isto que queremos dizer quando falamos Fora Temer: fora qualquer política que reduza investimento.

Temos também que saber utilizar os termos. Quando falamos em educação, não podemos falar em gasto, gasto não é o termo adequado. O termo é investimento, porque nós estamos investindo, como disse muito bem o Fábio Félix, no nosso presente e nosso futuro, que são as crianças e os jovens do nosso País.

Como o Rodrigo do Sinproep falou muito bem, é um absurdo, é uma vergonha, é humilhante, eu fico envergonhada por vocês professoras, porque, assim como eu, vocês são professoras. No entanto, vocês não ganham nem a metade do que ganha a minha categoria em início de carreira. Isso é um absurdo, isso se chama mais-valia, é a exploração do trabalho de vocês. E essa exploração é feita pelo GDF, pelo Estado brasileiro. É o GDF que se apropria do salário de vocês para desenvolver uma política pública. Isso não está certo. Por isso, nós estamos aqui também nesta Mesa.

Eu agradeço mais uma vez ao Chico por essa oportunidade porque nós temos, sim, que gritar pela isonomia salarial. Se nós exercemos a mesma função, porque nós não temos direito ao mesmo salário?

Muito obrigada. Ultimamente, Fora Temer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Vilmara.

Concedo a palavra à Daise, Presidente do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social. Em seguida, vai falar o Deputado Agaciel Maia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 | 09 | 2016	15h08min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

SRA. DAISE LOURENÇO MOISÉS – Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade oferecida pelo Deputado Chico Vigilante de estar aqui. Acho que tivemos boas notícias. Acho que o objetivo desse encontro foi atendido e que essa audiência foi exitosa, mas eu queria só fazer um lembrete, aproveitando que o Deputado Agaciel Maia, que é o dono do Orçamento, está aqui.

Alguém falou: "Ah, não foi previsto no Orçamento". Eu gostaria de lembrar que foi, sim. Eu tenho certeza de que, como a educação, a assistência social também fez a previsão no Orçamento do reajuste dos valores de referência.

Eu acompanho os fundos de assistência social. O Conselho de Assistência Social aprovou agora para 2017 um orçamento de 189 milhões. Quando vem o teto orçamentário, ele passa para 81! Não dá para entender um negócio desse. Você faz uma previsão do que já tem certeza que vai gastar no ano que vem, coloca suas metas prioritárias para atendimento de uma população de vulnerabilidade social, aumentando metas, colocando serviços de assistência social nas localidades onde eles ainda não existem ou são precários – como São Sebastião, Estrutural, Itapoã e Paranoá – e, simplesmente, quando vem o teto orçamentário, ele corta.

Cabe a vocês aqui na Câmara Legislativa, quando esse Orçamento chegar aqui, ter um critério de avaliação do que foi gasto no ano passado. A SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – teve no orçamento dela o maior percentual de utilização de recursos. Se não me falha a memória, foi em torno de 80% do ano passado e, se não foi gasto o restante, foi porque ficou preso lá na central de compras por causa dos processos licitatórios.

Vejam, eu não posso aprovar um orçamento menor do que eu gastei e liquidei no ano anterior. Eu sou economista e não consigo entender que pessoas que trabalham com orçamento vão aprovar um orçamento menor do que foi gasto no ano anterior. Então eu tenho certeza de que a educação deve ter, sim, previsto o reajuste do INPC. Só que lá, quando chega o reajuste da Seplag – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo teto orçamentário, ela corta, e na hora do corte você tem que realocar os recursos de acordo com o dinheiro que vai chegar.

Então esse é a preocupação. E vocês aqui da Câmara Legislativa têm esse grande poder de controle social. É verificar o Orçamento que foi aprovado e se estão previstas, pelo menos, as políticas públicas que estão sendo cogitadas.

Assistência social. Há mais de dois ou três anos, se não me falha a memória, nós não conseguimos fazer um aumento de atendimento. Aí, eu chego à conclusão: "Ah, mas não tem recurso!" Não tem recurso para a Sedest para fazer o preventivo, mas vai ter recurso depois para colocar lá na Secretaria de Justiça para criar penitenciária e fazer as unidades de internação para os jovens. Aí vai aparecer o dinheiro. Por quê? Porque aí aquele menino que não foi acompanhado, a quem não foi dado o direito de uma educação e de um atendimento vai virar um adolescente

infrator. Aí não tem jeito. Você vai ter que colocá-lo numa unidade de internação. E é muito mais caro fazer o ostensivo do que fazer o preventivo.

Então que tenham essa mentalidade. Existem políticas públicas que é necessário serem feitas de maneira correta. Eu falei ontem para a Secretária: "Secretária, o Estado tem que começar a pensar no preventivo. Estipula. Este ano eu vou aumentar em 20% as atividades de prevenção." Seja o que for, eu tenho que cortar em outros gastos. Eu vou cortar, senão, realmente nós vamos ficar sempre correndo atrás do rabo ou apagando o fogo o ano inteiro.

É isso aí. Obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Daise.

Deputado Agaciel Maia, até há pouco estava lotado o plenário e a galeria toda. É um assunto da mais alta relevância. São entidades da sociedade civil do Distrito Federal que cuidam de crianças. Não vamos misturar com as organizações sociais, as chamadas OS, que querem vir para cá, que não têm nada a ver. Aquelas OS são empresas disfarçadas. Essas aqui não. São entidades da sociedade civil em que as pessoas resolveram se dedicar a essa atividade tão nobre que é cuidar das crianças.

Outro dia, foi interessante. Eu estava lá em casa e uma moça que tem um filho em um CEPI – Centro de Educação de Primeira Infância, administrado por vocês lá em Taguatinga Sul, estava me dizendo um fato que eu não sabia, que ao local onde a criança está não precisa nem levar a fralda, porque até a fralda tem lá. Eles bancam tudo. Ela é muito feliz com o atendimento ao filhinho dela. E ela chegou até mim indignada e disse: "Chico, eu fiquei muito brava porque chegaram lá uns pais brigando porque queriam que aumentassem o estacionamento. Bom, o estacionamento é para os servidores. Eu quero saber se o meu filho está sendo bem atendido. Eu quero saber de estacionamento?" Aí, eu falei: "Certamente esse que está brigando por estacionamento não está precisando de botar os filhos lá na creche."

Portanto, Deputado Agaciel Maia, a discussão aqui é como é que a gente resolve uma demanda deles que vai chegar aqui, que é de 4 a 5 milhões por mês, que a gente precisa alocar até dezembro deste ano – quatro para este resto de ano, não é? Quatro milhões para quatro meses, o que é uma merreca. Desculpem-me a expressão, mas é uma merreca – e colocar 15 milhões a mais no próximo ano para cuidar da demanda que eles têm, que é pagar o INPC dos funcionários. Depois, há outras discussões que vamos fazer, que é como melhora a *per capita*, como aumenta essa bendita verba, Deputado Agaciel Maia, porque, por exemplo, quem cuida de uma creche lá em Santa Maria, se ele cuidar de duas creches, ou de quatro creches, ele terá mil reais para a gasolina dos carros. Não pode colocar óleo porque não entra na conta. Naturalmente vai fundir o motor e vai ficar pior!

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Pessoal, boa tarde!

Primeiro é uma obrigação minha, como Relator do Orçamento, economista, Especialista em Orçamento pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, vir aqui, primeiro, em respeito a quem faz esse trabalho brilhante, que é o trabalho das creches. Segundo, pela reverência que eu faço ao Deputado Chico Vigilante que conheço bem antes de ser Deputado. É um Deputado dedicado, guerreiro, competente, brilhante, que mesmo em uma quinta-feira à tarde, quando muitos não estão preocupados, ele está aqui em uma audiência pública para discutir assunto tão importante.

Quando ele me ligou, eu estava recebendo o projeto de lei orçamentário anual de 2017, e a correção do PPA, que tem de ser ajustado para daqui a quatro anos, até 2019. Mas eu vim para afirmar, V.Exa. que conhece bem desse assunto... Eu também quero aproveitar para cumprimentar o Sr. Wilson José de Paula, o Sr. Fábio Pereira de Sousa, a Sra. Marlene Azevedo, o Sr. Fábio Félix, a Sra. Daise Lourenço Moises, a Sra. Vilmara Pereira do Carmo – a quem tive a oportunidade de ver o pronunciamento –, o Sr. Rodrigo Pereira de Paula, e o Sr. Sérgio Ferreira Tamanini.

Primeiro eu digo que você é prestigiado. Reunir em uma quinta-feira uma Mesa seleta com tantas pessoas preparadas e entendidas do assunto e trazer à Câmara Legislativa um tema tão importante...

Ora! Qualquer governo..., e eu cheguei a falar ao Deputado Delmasso, e V.Exa. sabe, que o Governo Rodrigo Rollemberg até hoje não tem uma marca. Eu tive a oportunidade de dizer a ele o seguinte, quando fui discutir a renovação do projeto Jovem Candango: "Governador, transforme o Governo do Distrito Federal em um governo da criança e do adolescente! Transforme o governo do Distrito Federal em uma referência no tratamento das crianças e dos adolescentes a nível de Brasil. Se o senhor conseguir, essa será uma grande marca. Tratar bem a criança e tratar bem o adolescente". Existem tantos programas, como o programa Jovem Candango. Eu tive a oportunidade, Deputado Chico Vigilante, de ir ao Monjolo, naquela comunidade rural de Planaltina, e ao chegar lá em uma simples casa, em uma comunidade rural, e ver dois universitários estudando na UnB, isso porque tiveram a oportunidade de participar de um programa como Jovem Candango.

A minha presença hoje aqui é para dizer ao Deputado Chico Vigilante, que como Relator do Orçamento – V.Exa. que tem essa bandeira de melhoria dessa atividade tão meritória e pouco prestigiada –, eu estou lá pronto para acatar as emendas que V.Exa. fizer. Então, coloque o dinheiro que é necessário para terminar este ano, no próximo credito suplementar que tiver, que eu vou acolher a emenda de V.Exa. Como também faça a dos 15 milhões do próximo ano que eu também vou arranjar uma rubrica que não seja tão necessária quanto essa, e vou acatar a emenda de V.Exa. Então é esse o compromisso que eu quero assumir.

Encerrando essa atividade, eu digo que o mais importante é esse compromisso de como Relator do Orçamento acatar as sugestões de V.Exa.

Geralmente as pessoas que comem bem, as pessoas que dormem bem, as pessoas que moram bem, que têm boas casas, acham que qualquer gasto social é muito, mas nós não pensamos dessa maneira. Nós achamos que as políticas sociais têm que ser valorizadas em um país que precisa exatamente dar condições às suas crianças, aos seus jovens e também, principalmente, aos seus idosos. Dar respeito e cidadania a todos eles.

Não estamos fazendo nada aqui que não seja a obrigação, como Parlamentar e especialista em orçamento, de acatar as sugestões de V.Exa. Eu vim aqui – V.Exa. me ligou, eu estava no meio de uma solenidade – apenas para dizer que quando eu assumo um compromisso, eu honro. V.Exa. me conhece.

Quero agradecer a honrosa presença de toda a Mesa, de todos vocês que vieram, da galeria, para participar desta sessão. Todos nós estamos de parabéns. Nós vamos vencer, Deputado Chico Vigilante. Nós vamos melhorar as condições desse pessoal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Fábio Félix, do Conselho, por dois minutos.

SR. FÁBIO FÉLIX – Mais uma vez, boa tarde a todos e a todas que estão resistindo aqui, nesta comissão geral fundamental, que já está colhendo resultados. É uma mobilização feita por diversos setores dos trabalhadores.

Eu acho que foi importante a fala final do Sinproep, no sentido de dizer que vocês não são voluntários. Vocês são trabalhadores e trabalhadoras que precisam levar o sustento para casa. Por isso, esse dinheiro é fundamental para a garantia das condições objetivas de cada um e cada uma que está aqui. Isso é muito importante.

Eu acho que já há frutos, do ponto de vista do direito da criança e do adolescente: a garantia desse recurso complementar, para que não se inviabilize o acesso, neste momento emergencial, à educação infantil.

Aproveito este momento, já que estamos aqui com a Marlene, secretária adjunta da assistência, da Sedestmidh, para dizer que é muito importante que outra política pública seja discutida de forma muito qualificada. Já quero propor, Deputado Chico Vigilante, e vou deixar com o senhor um documento elaborado pelo SINDSASC – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do DF e também dos servidores socioeducativos, uma solicitação, um pouco da nossa agenda e da nossa pauta.

Hoje os servidores da assistência social fizeram uma paralisação, por uma série de condições objetivas. É uma política pública que neste governo, Deputado Chico Vigilante, precisa de ajuda. A gente vive um momento emergencial em uma série de instituições: no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; no CREA

– Centro de Referência Especializado em Assistência Social; no COSE – Centro de Orientação Socioeducativo. É um momento muito difícil, a gente precisa realmente que esta Casa se mobilize e dê uma olhada especial para a assistência.

Justamente naquele contexto de desproteção, que a gente fala, da criança e do adolescente, o rebatimento se dá na assistência social. A gente precisa de uma assistência social forte para responder a esse processo. Já deixo a proposta. O documento está com o Deputado Chico Vigilante.

Por fim, eu quero também deixar o Conselho dos Direitos das Crianças e do Adolescente, pelo qual eu falo aqui, à disposição para a mobilização das instituições, para a mobilização dos trabalhadores em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Um abraço a todos e todas. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Fábio.

Concedo a palavra à Marlene Azevedo, para suas considerações finais.

SRA. MARLENE AZEVEDO – Eu quero agradecer o convite para participação e colar um pouco na fala da Daise, quando ela fala sobre o orçamento, e na fala do Fábio agora, com relação ao orçamento da assistência social.

Na condução do hoje Deputado Joe Valle, e posteriormente na condução do Secretário Gutemberg Gomes, nós fizemos uma justificativa para a Secretaria de Planejamento, de que o teto orçamentário disponibilizado seguramente não dava conta do volume de serviços postos para garantir proteção social às pessoas que estão sob nossa responsabilidade. Fizemos então uma justificativa no sentido de que os recursos que nós programamos, que foram aprovados pelo Conselho de Assistência Social e destinados ao Fundo de Assistência Social, permanecessem na sua integralidade, que não houvesse corte nessa previsão porque ela dá conta dos serviços que hoje estão postos e acresce serviços que são estratégicos.

E aí, dialogando com a fala do Fábio, nós hoje vivemos seguramente uma situação bastante delicada na Secretaria, na Sedestmidh. Nós temos um número de servidores bastante limitado. A maior parte dos nossos equipamentos, como equipe, não corresponde ao que está posto na legislação, a gente tem clareza disso. Mas há um comando de ordem política, de defesa de direitos, de não fechar unidade, de a gente manter e trabalhar na perspectiva de que haja um número de servidores adequados. Nesse sentido, protocolizamos um processo solicitando a realização de concurso para o ano que vem, para conseguirmos a cobertura mínima do quadro que hoje nós temos, que, infelizmente, tem diminuído cada vez mais.

Outra questão diz respeito às estruturas. O Sindsasc que tem feito diálogo constante conosco e apresenta uma situação com relação à estrutura das nossas unidades que é absolutamente real, de precariedade, de condições de trabalho no sentido da estrutura. A gente tem clareza disso. Já fizemos o encaminhamento, iniciado pelo então Secretário Joe Valle e assumido pelo Secretário Gutemberg, no

sentido de que se trabalhe na estrutura das nossas unidades, com previsão de recursos oriundos do Governo Federal, para a adequação. Entendemos que as condições de trabalho são estratégicas para o bom atendimento que nós temos que oferecer para o nosso público.

Eu quero aproveitar para dizer que, da mesma forma que o orçamento da Secretaria de Educação, o orçamento da Sedestmidh seja objeto de atenção. Mais especificamente, as políticas postas de responsabilidade da nossa secretaria são estratégias para garantir qualidade de vida às pessoas mais vulneráveis. Então, é importante também que ela seja objeto de atenção.

Quero fazer um esclarecimento. Quando o Valdemar coloca que tem que prestar o atendimento agora para as crianças, para que elas não venham para a Sedestmidh, eu quero fazer uma fala inversa. Essas crianças têm direito ao atendimento que a secretaria oferece. São serviços diferenciados, diferente dos serviços ofertados pela Secretaria de Educação. Elas têm direito, as famílias têm direito aos serviços oferecidos, Valdemar. Então, as crianças atendidas pela Secretaria de Educação até 6 anos, a partir dos 6 anos, que elas venham, sim. Elas têm direito ao atendimento da secretaria, oferecido pela Sedestmidh.

Por fim, um outro esclarecimento. O Ciro abordou aqui o Programa de Provimento Alimentar Institucional – PROVISAN. Nesse programa, a gente repassa o leite e seus derivados para as entidades e também para os nossos serviços. Nós tivemos um problema, na verdade, em virtude do preço repassado aos produtores. O Provisan é previsto em lei e foi criado, inclusive, para gerar renda aos produtores familiares, porque fazemos a aquisição deles. Temos hoje um distanciamento entre o valor que a secretaria repassa a eles e o valor do custo desses produtos.

Em virtude disso, houve uma diminuição no repasse de leite e derivados para as entidades, mas essa situação é objeto de atenção nossa, e já está tramitando na secretaria um processo que dá conta do reajuste desses valores para serem pagos aos produtores e do repasse novamente da alimentação do leite e derivados para as entidades e para os nossos programas.

No mais, tão somente reforçar, mais uma vez, falando em nome do secretário Gutemberg, a importância do trabalho desenvolvido por essas entidades. Mais uma vez ressaltando que não estamos falando aqui com OS, nós estamos falando com organizações da sociedade civil, entidades não governamentais. É distinta, é diferente a relação com elas. Não estamos falando em terceirização. Nós estamos falando em ação parceira entre a sociedade civil e o Estado na oferta de política pública.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade da participação. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Marlene.

Eu passo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. Fábio Pereira de Sousa.

SR. FÁBIO PEREIRA DE SOUSA - Como eu disse na minha fala, a Secretaria de Educação tem um compromisso de, nos próximos dias, soltar essa portaria com o reajuste, agora o compromisso é da Secretaria de Fazenda. Eu faço o compromisso aqui, Daise, de sentarmos com a equipe do CEPAS antes de soltar essa portaria para discutirmos algum ajuste, o que for necessário. Além disso, vamos iniciar também a discussão agora, que é muito importante, sobre a revisão do manual, do manual de seleção dessas crianças que adentram as creches, fazem matrícula.

Como o Deputado bem colocou, ainda há algumas correções a serem feitas e contamos com a parceria do CEPAS para estar conosco discutindo esse manual. Acho que são vocês que entendem na ponta como essas crianças chegam lá. Então, isso é muito importante.

Quero frisar também que a Sedestmidh tem sido uma grande parceira. O nosso aluno, no turno contrário, frequenta diversas atividades que a Sedestmidh tem a oferecer. A gente quer, inclusive, Marlene, levar para o Gutemberg essa demanda: ampliar para 15, 16 e 17 anos para que o aluno do ensino médio seja contemplado. A gente quer fazer uma formação integral desse estudante, começando da educação infantil até o ensino médio. Se na educação infantil, se nos anos iniciais do ensino fundamental a gente conseguiu alcançar uma qualidade maior – e tem estudos que comprovam isso –, é graças ao atendimento na educação infantil, atendimento que dura 10 horas. Ter a criança por 10 horas na escola, com cinco refeições diárias ou mais – porque algumas entidades oferecem até mais –, com todo o material pedagógico, com toda a qualidade dos profissionais que lá atuam, com certeza, quando ele for para o ensino fundamental vai ter um resultado muito melhor. Se isso ocorrer, vai ser graças ao trabalho de vocês.

Portanto, agradeço aqui ao Deputado pelo convite. Mais uma vez, peço desculpas pela ausência do nosso Secretário de Educação, que não pôde estar aqui porque tinha um compromisso firmado anteriormente, mas é compromisso nosso, nesse quadrimestre, juntamente com a Secretaria de Fazenda e com a Secretaria de Planejamento, assim como foi o compromisso junto ao Governador do Distrito Federal, fazer esse repasse para esse reajuste e estudar o reajuste para o ano de 2017.

Parabéns a todos vocês por essa conquista. Eu acho que é uma conquista nossa, porque todo mundo que está aqui tem o mesmo objetivo de bem atender essas crianças.

Como o Valdemar falou no início, eu acho que todos nós temos que pensar nessa criança, nessa criança que poderia estar na rua. Há um tempo atrás, tínhamos crianças em estado de drogadição com 14 anos. Diminuiu a idade para 12 anos, 9 anos. Hoje já estamos pegando criança em estado de drogadição com 6 anos de idade. Isso é muito sério. Nós estamos tirando essa criança de uma possível ida para outro lugar que não seja a escola, que não seja a sala de aula.

Então, parabéns pelo trabalho de todos rumo à conquista. Eu acho que a gente ainda tem muito a caminhar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, para as suas considerações finais, ao Wilson José de Paula, Secretário Adjunto da Fazenda.

SR. WILSON JOSÉ DE PAULA – Eu gostaria de dizer a todos que foi muito gratificante essa comissão geral. Fiquei aqui bastante entusiasmado com o que ouvi. Fiquei interessado no assunto e aprendi muito com todos aqui.

Vou agradecer e desejar a todos que retornem aos seus lares em paz e que nós consigamos concretizar o que nós decidimos hoje.

Falando de criança, eu tive um desejo de criança depois de tudo o que eu ouvi aqui. Eu atuo na área da receita. Minha área é arrecadação. Todo mundo mais lincado ao gasto e eu preocupado com o ingresso. Eu gostaria muito de ter uma máquina e fazer todos esses recursos aparecerem para que nós resolvêssemos tudo. Infelizmente, não é assim.

Vamos precisar desta Casa ainda este ano, Deputado. Acho que nós precisamos fazer um grande debate a respeito de receita. Nós não conseguimos avançar em algumas questões que vamos trazer a esta Casa. Precisamos discutir como incrementar a receita e dar possibilidade para incrementar o gasto. Do ponto de vista econômico exposto aqui, a possibilidade de gasto este ano é menor porque a receita também é menor. É simples a conta. Então, nós tivemos um corte de 400 milhões de reais este ano do Fundo Constitucional. Isso impactou diretamente no Tesouro. Nós tivemos redução no Fundo de Participação dos Municípios, no Fundo de Participação dos Estados. Tudo em função de uma crise que é real do ponto de vista econômico. Desde 1901, o PIB não caia anos consecutivos. Então, isso reflete diretamente na receita. Cada um por cento no PIB nacional que cai é um 1,25 na receita do ICMS e 1,05 na receita do ISS. A conta é essa.

Se observarmos a receita deste ano no Orçamento – todos vão ter a oportunidade de ver –, a gente conseguiu já trazer alguns elementos em função da eficiência da máquina. Então, vamos fazer um grande debate do ponto de vista da despesa, mas vamos fazer também um grande debate do ponto de vista da receita. Será que todo mundo está contribuindo na proporão que poderia? Será que não há algumas pessoas contribuindo mais do que outras, e outras com melhores condições de contribuir? A gente poderia abrir esse debate aqui. Esse é o apelo que eu faço.

Fica aqui o meu compromisso como Secretário Adjunto, como cidadão e como companheiro de discussão nesta Casa.

Obrigado, Deputado; obrigado a todos. Que cheguem em casa em paz.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Wilson.

Eu, juntamente com o Wilson – e é bom que se diga que havia muita gente na Secretaria que era contra –, tivemos a capacidade de gerar uma proposta

chamada Substituição Tributária. Funciona assim: Você tem 3 mil açougues no Distrito Federal. Em vez de você fiscalizar os açougues, você coloca lá que o substituto tributário é o frigorífico, porque aí fica fácil cobrar dele. A mesma coisa pode ser feita com a bebida. Quantas bares há no Distrito Federal? Portanto, se você coloca que substituto tributário é a Ambev – e foi colocado –, você facilita e aumenta a arrecadação. Há gente que dizia que ia cair, mas aumentou.

Senhores, o Fábio está assumindo um compromisso. Eu gosto de fazer as audiências públicas, ou melhor, as comissões gerais. Isso aqui não é audiência pública. Na audiência pública, todo mundo fala e depois não tem consequência. Na comissão geral – é importante vocês entenderem o que ocorre do ponto de vista regimental –, transforma-se a sessão deliberativa em comissão geral.

Portanto, o Sr. Fábio está assumindo um compromisso comigo, com todos nós aqui, com a Câmara Legislativa e com vocês – e eu já adiantei a ele que sou um bom cobrador – de que os ajustes a serem feitos na portaria que vai ser publicada vão estar prontos até quinta-feira. Hoje é quinta-feira. Portanto, até quinta-feira da próxima semana a portaria vai estar pronta e, na quinta-feira, ele vai chamar a Daise e a direção do CEPAS para fechar com vocês. Não vai publicar antes de fechar com vocês. Entendido? Portanto, ele assume o compromisso de chamar vocês. Se houver algum ajuste a ser feito, ali na hora, será feito e publicará a portaria em acordo com vocês.

Além disso, o Wilson já está assumindo o compromisso de vermos a questão do remanejamento orçamentário para quando vier, independente das emendas – porque as minhas foram para o fundo de contingência –, vocês já colocarem dentro do remanejamento desse 1 milhão mensal, porque são 4 milhões este ano para serem colocados para as entidades, e os 15 milhões do próximo ano. Isso é o mínimo, sem prejuízo de outros ajustes que pretendemos fazer a partir de outra discussão, como essa questão da manutenção dos carros e de outras coisas que tem lá que precisam ser ajustadas, como a questão da *per capita*, porque há região em que as crianças comem mais – vocês sabem disso, não é? Então, não adianta colocar aquele tiquinho. Tem criança que come mais, gente.

A outra reclamação que existia constante é que, muitas vezes, eles recebem uma doação de arroz. Vamos ser claros, não é? Se você receber uma doação de arroz de qualidade e tudo, em vez de você comprar arroz, você vai comprar feijão, só que eles compram feijão e, aí, entram glosando: "Era para comprar arroz e você comprou feijão". Quer dizer, penalizando a criatividade de quem administra bem.

Mário, estava lá que era para servir um cachorro quente. Eles foram lá, deram um jeito com um pouquinho da verba e tudo e fizeram um bolo de chocolate para as crianças. E a pessoa da Secretaria de Educação disse: "Isso aqui não pode. Bolo de chocolate não. Isso aqui era para o cachorro quente. Tinha que comer cachorro quente". Aí eu pergunto: será que o bolo de chocolate não era melhor do que o cachorro quente, principalmente para crianças que dificilmente vão conseguir

um bolo de chocolate? Portanto, eu acho que é até uma maneira de fazer com que essas crianças gostem mais dos centros de educação.

Há outra coisa que eu estava aqui falando com o Fábio e que acho que vocês poderiam estudar na Secretaria. Os prédios das creches que foram construídos pelo GDF são propriedades do GDF. Ou não são? Portanto, se são propriedade do GDF, qual é a ideia que eu estou dando para ele? Coloque dentro da licitação que a vigilância desses prédios próprios do GDF seja feita dentro do contrato de segurança que a Secretaria de Educação faz. Não é? Coloque lá. É prédio do GDF.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele está entendendo. Eu acho que é possível fazer. Ouviu, Fábio? Porque a questão da manutenção depois... Se não ajudar a dar manutenção, os prédios, que hoje estão novos, vão ficar velhos, não é? Aí, daqui a alguns anos, quando o GDF for recebê-los, serão sucatas, velhos.

Eu confesso a vocês que, cada vez que vou a um centro de educação infantil, eu sinto mais orgulho do Lula e da Dilma, porque inventaram essas construções modernas. Não tem coisa mais bacana, Fábio, do que ver que, lá no interior no Maranhão, em Zé Doca, metido lá dentro do mato no Maranhão, tem um centro de educação infantil do mesmo jeito de um de Brasília.

Antes de encerrar, eu queria chamar a atenção de vocês para uma questão que me parece fundamental. Essa maldita ideia do Governo Federal de desvincular os gastos com educação e saúde, desvinculando isso da Constituição, isso é uma aberração, é um absurdo. É um absurdo!

Portanto, nós vamos ter muito mais trabalho daqui para frente e nós precisamos estar muito mais juntos para, efetivamente, fazer essas cobranças.

Quero me colocar à disposição de vocês. Não precisam marcar hora comigo. Vocês têm o telefone dos meus assessores. Precisando de mim, chamem-me, que eu vou lá. Não precisam nem vir à Câmara. Digam: "Chico, vem aqui". Eu vou, seja de manhã, de tarde ou de noite. Nós vamos estar à disposição.

Eu não faço comissão geral por fazer. Eu gosto de fazê-las e ver o resultado. Portanto, eu vou estar junto com vocês cobrando o resultado o tempo todo. Eu não quero fazer esta hoje e, daqui a um ano, fazer outra para debater a mesma coisa. Isso não tem sentido.

Eu queria pedir a cada um que depois desse uma entrevista ali de uns dois minutos, para fecharmos um vídeo com a palavra de vocês. Depois disponibilizaremos para vocês e jogaremos nas redes sociais também.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades, do governo e demais convidados.

Declaro encerrada esta comissão geral, tão bem discutida aqui hoje.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 09 2016	15h08min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

(Levanta-se a reunião às 18h24min.)

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica
Coordenador: Randal Martins Junqueira
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br